

Fernando Pessoa e os inquéritos literários

[Fernando Pessoa and the literary inquiries]

José Barreto*

Palavras-chave

Fernando Pessoa, Inquéritos literários, Portugal, Artistas, Augusto da Costa.

Resumo

Fernando Pessoa foi, primeiro como crítico e, depois, como poeta com obra publicada, repetidamente solicitado para responder a “inquéritos literários”, geralmente promovidos por jornais e revistas junto dos escritores portugueses, uma moda importada de França, onde essa prática se tinha iniciado com grande êxito no final do século XIX. Este artigo apresenta uma resenha cronológica dos inquéritos submetidos a Pessoa ao longo de duas décadas e do modo como ele lhes correspondeu. Tal como aconteceu com muitos dos seus projectos editoriais, as suas respostas a inquéritos permaneceram frequentemente inacabadas ou apenas esboçadas, como atestam os materiais do seu espólio. Transcrevem-se aqui duas suas respostas inéditas a inquéritos, uma delas em três versões inacabadas, outra completa, mas abandonada a favor da resposta realmente publicada na imprensa.

Keywords

Fernando Pessoa, Literary inquiries, Portugal, Artists, Augusto da Costa.

Abstract

Fernando Pessoa was, first as a critic and then as a poet with published work, repeatedly asked to respond to “literary inquiries”, usually promoted by newspapers and magazines among Portuguese writers, a fashion imported from France, where this practice had started with great success in the late nineteenth century. This article presents a chronological overview of the surveys submitted to Pessoa over two decades and the way he responded to them. As with many of his editorial projects, his responses to surveys often remained unfinished or sketchy, as evidenced by the materials in his estate. Two of his unpublished responses to literary surveys are transcribed here, one of them in three unfinished versions, the other complete, but abandoned in favor of the response that was actually published in the press.

* Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, aposentado.

Fernando Pessoa foi repetidamente solicitado para responder a inquéritos desde que o seu nome despontou no mundo das letras, primeiramente na qualidade de crítico literário da revista *A Águia*, em 1912-1913 e, a partir de 1915, como poeta e figura de proa do *Orpheu*.

Data de 1912 a sua participação no “Inquérito literário” lançado pelo jornal *República*, em que basicamente se perguntava se se verificava então, ou não, um renascimento literário em Portugal. Pessoa não fazia parte do grupo de inquiridos inicialmente convidados por Boavida Portugal, mas foi por este encorajado a publicar uma réplica ao depoimento de Adolfo Coelho, que fizera referências adversas à Renascença Portuguesa, à nova poesia e, em particular, à anúncio do supra-Camões feita por Pessoa na *Águia*. A sua “Réplica” foi publicada no jornal a 21 de setembro de 1912 e, mais tarde, recolhida no volume dedicado ao inquérito e às reações que ele suscitara (PORTUGAL, 1915: 138-150). A intervenção de Pessoa foi elogiada pelo também participante Hernâni Cidade (PORTUGAL, 1915: 274-279), facto pelo qual lhe caberia “a honra de ter descoberto, para a posteridade, o Fernando Pessoa de 1912” (PALMA-FERREIRA, 1986: 526). O espólio pessoano da BNP conserva presumíveis trechos de rascunho da “Réplica”, endereçados a Boavida Portugal e abordando temas do inquérito (14³-75 a 80; 14³-97 e 98), um trecho de um opúsculo de Pessoa sobre as críticas dos inquiridos à Renascença Portuguesa, por ele anunciado na “Réplica” (PORTUGAL, 1915: 139), mas que não passou da fase de esboço (14⁴-19), e ainda trechos sob a epígrafe do “Inquerito Literario”, aparentemente de data posterior (c. 1914), com as cotas 14²-11 e 12 (vd. **Figs. 5a, 5b e 6**), 19-111 e 19-112.

Em abril de 1914, novamente no *República*, Pessoa respondeu, já como convidado, ao inquérito sobre “o mais belo livro” dos anteriores 30 anos, apresentado pelo jornal como “um inquérito de intelectuais”. Outro dos convidados foi Mário de Sá-Carneiro. Como se sabe, a escolha de Pessoa recaiu sobre a *Pátria* (1896) de Guerra Junqueiro, a de Sá-Carneiro sobre um imaginário, mas desejável livro que reunisse os poemas de Camilo Pessanha. Dois rascunhos da resposta de Pessoa, com o interesse suplementar das variantes e partes abandonadas, acham-se no espólio sob as cotas 105-3 e 4 (vd. o rascunho dactilografado nas **Figs. 4a e 4b**).

Pessoa confessará mais tarde a José Régio o seu desprazer por inquéritos¹, mas, nos anos em torno do aparecimento do *Orpheu*, essa possível antipatia ainda não o impediu de responder ou tentar responder a vários. Respondeu, em 1916, a uma pergunta da revista *A Ideia Nacional*, dirigida por Homem Cristo Filho, assim formulada: “Qual tem sido a influencia da nova geração na vida portuguesa?” A curta resposta publicada jogava com as palavras e com o paradoxo: “A influência da nova geração sobre a vida portuguesa? Nenhuma, porque não há vida portuguesa. A única vida portuguesa que há é a nova geração, e essa, por enquanto, pouco se tem influenciado a si-própria” (“Os nossos inqueritos”, *A Ideia Nacional*, 13 de abril

¹ Carta de Fernando Pessoa a José Régio de 16 de maio de 1929 (PESSOA, 1998: 78).

de 1916, p. 4). Nesse mesmo ano de 1916, Pessoa foi convidado a responder a, pelo menos, três outros inquéritos, como atestam diversos materiais do seu espólio, na sua maioria ainda inéditos. Todavia, as respostas de Pessoa quedaram-se inacabadas ou apenas esboçadas.

Um desses inquéritos, definido como “literário”, era endereçado pelo jurista e escritor republicano Eurico de Seabra (1871-1937)² aos “homens de letras portugueses”. Consistia em um questionário de seis perguntas contidas num convite impresso de que existem dois exemplares no espólio pessoano, a saber, 20-84a, assinado pelo punho de Seabra e datado de 31 [sic] de abril de 2016, e ainda 14³-26a, este não assinado. Das sucessivas tentativas que Pessoa fez para responder, ao menos parcialmente, a este inquérito testemunham os rascunhos 114¹-83 e 86 (manuscritos) e 114¹-88 e 90 (dactilografados), num total de sete páginas. Não é certo que o trecho 114¹-89, de duas páginas dactilografadas, se relacione com a resposta de Pessoa a este questionário.³ Sobre o problemático texto 20-84, hoje frequentemente citado como esboço de resposta ao inquérito de Seabra, falar-se-á aqui mais adiante. Não há indícios de que Pessoa tenha completado a sua resposta e, aparentemente, Eurico de Seabra também não conseguiu realizar e publicar o seu inquérito, possivelmente por falta de adesão dos escritores convidados.⁴

Outro inquérito foi submetido a Fernando Pessoa, plausivelmente em julho de 1916, pelo jornalista e poeta Silva Tavares⁵, então colaborador do efêmero jornal lisboeta *A Tarde*. Segundo os testemunhos 114³-46 e 47, que são dois esboços da resposta de Pessoa ao “inquérito” de Silva Tavares, a pergunta deste era “Qual será a literatura de amanhã?” O *amanhã* da pergunta referia-se muito provavelmente ao período depois da guerra, na qual Portugal se achava empenhado desde março desse ano. Note-se que Gonçalves Cota, que também era das relações de Fernando

² Em 1916, Eurico de Seabra ofereceu o seu livro *Cartas a Mulheres* a Fernando Pessoa, com uma dedicatória manuscrita. Numa das cartas desse livro, dirigida à “Boa Ângela”, Seabra ataca o feminismo e o sufrágismo. Filipa Vicente cita essa carta em “Mulheres artistas. As possibilidades de criação feminina no Portugal de 1915” (DIX, 2015: 121-135).

³ Manuela Parreira da Silva (PESSOA, 1998-1999: I, 225-230), junta numa suposta mesma carta de Pessoa “a destinatário não identificado” os trechos 114¹-90^r, 114¹-89 e 114¹-91, que são: o primeiro, um dos rascunhos de resposta ao inquérito de seis perguntas de Eurico Seabra; o segundo, um texto de duvidosa relação com esse questionário, em que, dirigindo-se a alguém, fala sobre o necessário culto da decadência pelos artistas; o terceiro, um esboço de resposta a um inquérito de uma só pergunta, obviamente não pertencente ao questionário Seabra.

⁴ A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 27, sem data, p. 914) indica, na bibliografia de Eurico de Seabra, um “Inquérito literário” sem data, que nos foi impossível localizar.

⁵ João da Silva Tavares (1893-1964), foi autor de vários livros de poesia, um deles *Luz Poeirenta*, publicado em 1916 e dedicado a Fernando Pessoa. Foi colaborador do jornal *A Tarde* entre julho e agosto de 1916. Era admirador e amigo de Pessoa, que o considerava próximo do movimento sensacionista. Em 1925, porém, o livro de poesias de Silva Tavares *Consummatum Est* mereceria de Pessoa a qualificação de “lixo” (92E-59^r).

Pessoa, publicou n' *A Tarde* de 17 de julho de 1916 uma resposta ao mesmo inquérito, sob o título "O que será a literatura de amanhã em Portugal?", em que o inquirido se referia elogiosamente ao movimento sensacionista e a Pessoa. A pergunta principal era complementada por um outro tópico: "qual a acção da guerra no espírito?" Ambos os temas são abordados por Pessoa nos seus curtos esboços de resposta 114³-46 e 47. Aparentemente, Pessoa não terá ido além desses rascunhos incipientes. O jornal *A Tarde*, que iniciara a sua publicação em junho de 1916 sob a direcção do jornalista Bourbon de Meneses, terminaria a sua breve e acidentada existência, já com outro director, em meados de agosto. O medíocre nível cultural do jornal não deve ter servido de incentivo a Pessoa.

No espólio pessoano da BNP existe um misterioso testemunho do mesmo período, um dactiloscrito de duas páginas com a cota 20-84 (acima já referido), que é um rascunho inacabado da resposta de Pessoa a um inquérito literário. Pessoa dirige-se ao seu autor por "meu prezado confrade", o mesmo tratamento que deu a Eurico de Seabra nos rascunhos acima citados (114¹- 83^r, 86^r, 88^r e 90^r). Esta pode ter sido uma das razões por que Georg Rudolf Lind e Jacinto Prado Coelho identificaram e publicaram o dactiloscrito 20-84, que não tem data nem identificação do destinatário, como sendo, textualmente, o "Esboço duma resposta a um inquérito literário, organizado por Eurico de Seabra, em 31 [sic] de Abril de 1916" (PESSOA, 1966: 122-124). Inexplicavelmente, o dactiloscrito foi transcrito pelos compiladores da edição com falta de um parágrafo fulcral, além de outras falhas. Esse parágrafo, porém, inviabilizava a identificação que eles fizeram do texto em causa. Não se tratou de um mero descuido, porque os compiladores assinalaram o corte do parágrafo do original com reticências entre parênteses (p. 124). O parágrafo arbitrariamente omitido é este:

Tive que ser mais extenso que desejava nestas advertencias preliminares. Passo agora propriamente ao meu assumpto, e, como a sua pergunta seja qual a corrente artistica que deve predominar no proximo futuro, utilizo as considerações que acabo de fazer para □

Ora "a corrente artística que deve predominar no próximo futuro" não constava, nem sequer aproximadamente, dos quesitos do inquérito de Seabra. Além disso, o inquérito de Seabra tinha seis perguntas e não apenas uma, como no parágrafo acima é claramente dito: "a sua pergunta". Nestas condições, o testemunho 20-84 poderia mais logicamente ser identificado como um rascunho de resposta ao referido inquérito de Silva Tavares, cuja (única) pergunta era "Qual será a literatura de amanhã". Seriam, contudo, necessários outros elementos de prova, tanto mais que o conteúdo dos esboços de resposta a Silva Tavares (114³-46 e 47) não apresenta semelhanças com o teor de 20-84 – o que não é, decerto, uma objecção intransponível, porque Pessoa mudava frequentemente de ideias. O mistério do texto 20-84 persiste, portanto.

Possivelmente do ano de 1916 terá sido também o convite feito a Fernando Pessoa pelo director de *O Herald*, semanário de Faro,⁶ para responder a um “inquérito” de uma pergunta sobre as correntes e tendências da arte ou da literatura europeia ou contemporânea. No espólio da BNP existem dois testemunhos da resposta de Pessoa ao *Herald*. O dactiloscrito com a cota 14¹-5, um texto de duas páginas, endereçado ao director do semanário e que não aparenta ter sido acabado, foi publicado por Teresa Rita LOPES (1990: I, 122-123), Manuela Parreira da Silva (PESSOA, 1998-1999: I, 222-225), e Jerónimo Pizarro (PESSOA, 2009: 395-397). Todavia, também o manuscrito de cinco páginas com a cota 14³-69^r a 71^r, que está inédito, é uma versão, ainda que inteiramente diferente, da resposta ao mesmo inquérito. Em ambos os testemunhos o tema indicado é idêntico e, apesar de o manuscrito não nomear o destinatário, repete-se nele o tratamento de V. Ex.^a dado por Pessoa ao director do jornal no dactiloscrito. Não há indícios de que uma resposta de Pessoa a este inquérito tenha sido completada ou enviada ao *Herald*. Em 1 de julho de 1917, Pessoa publicaria nesse semanário a poesia “A Casa Branca Nau Preta”.

Ainda do mesmo período será a resposta – ou recusa de resposta – de Pessoa a um inquérito, que se acha num texto não datado e inacabado do espólio, com a cota 12¹-30^r (vd. **Figs. 1a e 1b**). Este curto texto foi publicado por Luís Filipe B. Teixeira (PESSOA, 2002: 374), mas erradamente identificado como sendo do heterónimo António Mora.⁷ Transcreve-se aqui em nova leitura do original:

Meu_____

Para responder ao seu “pequeno questionario⁸ seria preciso um grande volume. Entendo pelo termo “responder” o dar uma resposta fundamentada. Para responder não dizendo nada era-me excusado responder. Mas é esse o grau de resposta que v. vae colher da maioria dos seus “interrogados”. O intellectual portuguez desdiz-se pela incapacidade de raciocinio e da exposição aberta d’elle. □

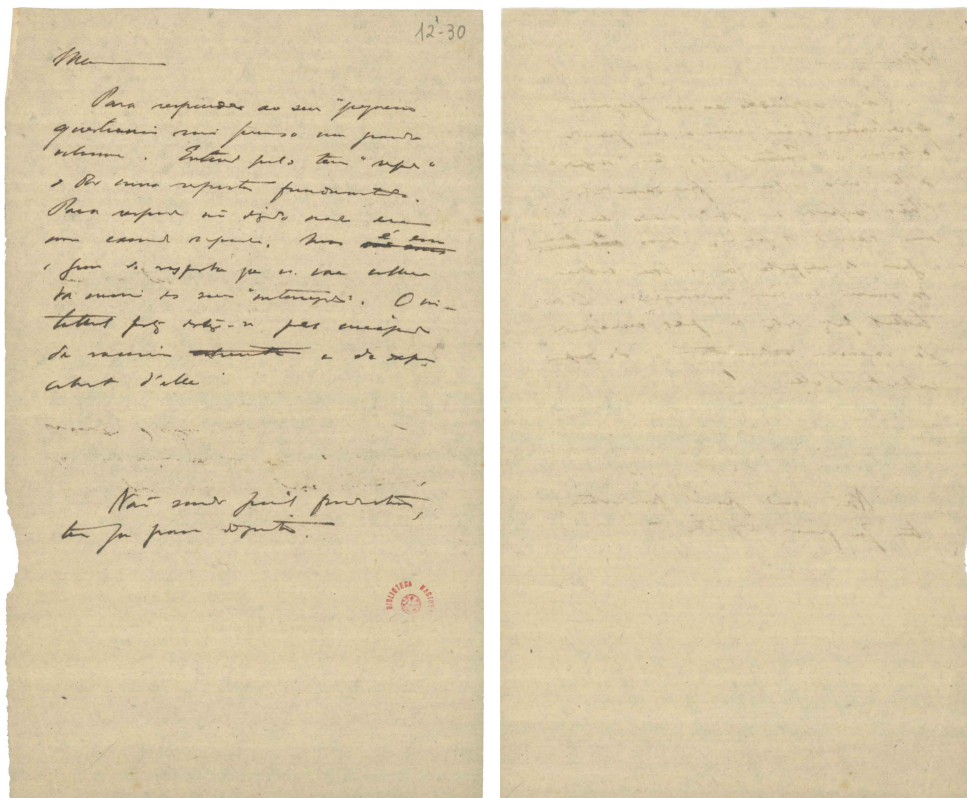
Não sendo facil fundamentar, tem que posar dogmatico.

Para Pessoa, seria porventura esse um dos maiores óbices dos inquéritos: a dificuldade em lhes responder sem uma ampla “fundamentação”, por ele julgada indispensável. Outros óbices seriam, certamente, o carácter limitativo das perguntas ou o desinteresse pelos temas propostos. Nos rascunhos de resposta ao inquérito de Eurico de Seabra, Pessoa recusava à partida responder a quatro das seis perguntas.

⁶ O semanário antecessor de *O Herald*, com o nome de *Jornal de Annuncios*, foi fundado em Tavira, em 1883, por João Daniel Gil Pessoa, primo em segundo grau de Fernando Pessoa. Em 1896 foi vendido a José Maria dos Santos, que em 1900 o transformou num semanário noticioso e cultural. Em 1901, o jornal foi rebaptizado *O Herald*, com a epígrafe “Antigo *Jornal de Annuncios*”. Em 1912, o jornal mudou-se para Faro. O pintor e escritor Carlos Lyster Franco assumiu a sua direcção em outubro de 1915.

⁷ L. F. Teixeira leu “AMora” no topo da página, onde está “Meu_____”.

⁸ Como Pessoa não fechou as aspas, não se sabe se as tencionava fechar em *pequeno* ou em *questionario*.



Figs. 1a e 1b. Resposta – ou recusa de resposta – de Pessoa a um inquérito (12^a-30^a).

Num outro esboço de resposta, sem data, a um inquérito de três perguntas sobre o Estado, a nação e as instituições (cotas 92W-66^r a 69^r), Pessoa começava por dizer que, em lugar de responder *seriatim* (sequencialmente) às perguntas, preferia expor o que pensava sobre o tema, de modo a que daí se depreendessem as suas respostas. Mesmo assim, não passou do estado de esboço.

Assim, dos vários inquéritos submetidos a Fernando Pessoa em 1916, apenas teve resposta publicada o d' *A Ideia Nacional*, ficando os outros com respostas apenas esboçadas ou incompletas, quando não simplesmente recusadas.

Só dez anos depois, em 1926, Pessoa responderá novamente a inquéritos. Um, promovido por Augusto da Costa, do *Jornal do Comércio e Colónias*, sob o tema “Portugal, vasto Império”, com resposta de Pessoa publicada nesse jornal a 28 de maio e 5 de junho de 1926 e republicada em 1934 no volume em que Augusto da Costa recolheu as respostas dos inquiridos. No espólio pessoano acha-se não só o dactiloscrito final, tal como foi publicado (125B-32^r-36^r), como o dactiloscrito de uma (primeira?) versão coeva, mais curta e sensivelmente diferente, até hoje inédita (55J-37^r), que, dado o seu interesse, aqui se transcreve em Apêndice.⁹ O outro inquérito de 1926, do jornal *A Informação*, com seis perguntas, que foi endereçado a Pessoa por

⁹ 55J-37 tem no verso um testemunho de poema de Ricardo Reis “Sem, clepsydra ou relógio o tempo escorre”, datável de c. maio 1926 (informação prestada por Jerónimo Pizarro).

Augusto Ferreira Gomes, teve resposta publicada a 17 de setembro do mesmo ano, mas assinada pelo engenheiro naval Álvaro de Campos, significando talvez com isso que as perguntas eram irrespondíveis pelo ortónimo Fernando Pessoa. Ferreira Gomes fingiu não apreciar a resposta e, numa carta ficcionalmente endereçada a Álvaro de Campos, juntamente publicada, declarava cortar relações com ele. Em 1929, Pessoa respondeu com um curto texto a um inquérito do *Notícias Ilustrado* sobre o fado. Disso se mostra arrependido na já citada carta a José Régio, em que lhe anuncia que não responderá a um inquérito sobre cinema: “Aliás prefiro não responder a inqueritos. Sobretudo o prefiro depois da estúpida e deplorável resposta que dei a um sobre o Fado no ‘Noticias Ilustrado’” (PESSOA, 1998: 78). As respostas a estes três inquéritos da década de 1920 são conhecidas e foram já reeditadas em diversas compilações dos escritos de Pessoa.

É aqui necessário dizer que Fernando Pessoa não foi convidado a participar no inquérito literário que, sob a epígrafe “Literatura de ontem, de hoje e de amanhã”, o jornalista monárquico Álvaro Maia lançou em 1920 no *Diário de Notícias*. Sobre este inquérito faccioso, que os integralistas utilizaram como um meio de divulgação e propaganda, já se disse que foi “para o Nacionalismo e para o Integralismo o que o de Boavida Portugal foi para o Saudosismo” (PALMA-FERREIRA, 1986: 533). Sabe-se que Pessoa viria a ser alvo, em 1922, de uma diatribe de Álvaro Maia na *Contemporanea*, intitulada “Literatura de Sodoma, o sr. Fernando Pessoa e o ideal estético em Portugal”, fustigando o seu artigo elogioso sobre António Botto publicado no número anterior da revista (numa altiva e lacónica reacção, Pessoa limitou-se a apontar um erro de gramática no texto de Maia).

Fernando Pessoa seria novamente ignorado no inquérito literário de várias perguntas que o monárquico João Ameal conduziu em 1929 no mesmo *Diário de Notícias*, dizendo desejar consultar “duas dúzias de escritores de todos os campos”.¹⁰ Foram bastante menos os escritores realmente consultados e seleccionados com um claro viés político. Pessoa não só não foi convidado a participar no inquérito, como o seu nome – bem como os de Teixeira de Pascoaes, António Sérgio, José Régio e outros – foi simplesmente ignorado nas respostas dos inquiridos. Em contrapartida, o organizador Ameal apontou em António Ferro o “autorizado e legítimo representante da nova geração”, embaixador de um “modernismo legítimo”, deixando assim supor que haveria um modernismo ilegítimo (FRANÇA, 1992: 128). Comentando na *Seara Nova* (21 de março de 1929), José Osório de Oliveira diria que “não se trata dum inquérito literário, mas dum inquérito reaccionário”, acusando Ameal de, na escolha dos depoentes, ter tido “um *parti pris* político verdadeiramente intolerável” (OLIVEIRA, 1929: 130).

¹⁰ Carta de João Ameal a Alfredo Pimenta, de 22 de janeiro de 1929, convidando-o a responder ao inquérito. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

Há notícia de Fernando Pessoa ter respondido a dois inquéritos no início da década de 1930. Em 1931, Albino Forjaz de Sampaio¹¹ dirigiu-lhe um questionário impresso, destinado à compilação de um “Who’s Who” português, que deveria intitular-se *Quem é quem, nas sciencias, artes e letras em Portugal*. À pergunta sobre se o inquirido usava algum pseudónimo, Pessoa respondeu negativamente, mas numa nota final acrescentou:

Nos fragmentos e obras pequenas publicados em revistas, ha trechos e composições sob os nomes de Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Alvaro de Campos. Estes nomes, porém, não são pseudonyms: representam pessoas inventadas, como figuras em dramas, ou personagens declamando isoladas em um romance sem enredo.

No espólio pessoano há uma cópia da resposta preenchida à máquina directamente no formulário desse inquérito, datada de 14 de outubro de 1931 (cota 28-5^r; vd. **Figs. 11a e 11b**). Como só as respostas constam da cópia a químico, as perguntas apenas se podem depreender parcialmente. A projectada obra de Albino Forjaz de Sampaio não foi publicada.

É bastante conhecida a resposta de Pessoa a um inquérito de António Sérgio, com uma pergunta que lhe foi transmitida em 1932 através de José Osório de Oliveira: “Quais foram os livros que o banharam numa mais intensa atmosfera de energia moral, de generosidade, de grandeza de alma, de idealismo?” Tanto da pergunta como da resposta existem testemunhos dactilografados no espólio (cotas 72-51^r e 72-52^r-53^r). A resposta foi publicada por Osório de Oliveira, sob o título “A formação cultural de Fernando Pessoa”, no *Suplemento Literário do Diário de Lisboa* de 29 de maio de 1936, seis meses após a morte de Pessoa (vd. **Fig. 2**).¹² Nela Pessoa confessava conviver menos com as qualidades enumeradas por Sérgio do que com o capricho, a insinceridade e o devaneio. Por isso reformulava a pergunta para “Quais foram os livros que mais me transmudaram em mim mesmo para aquela pessoa diferente que todos nós desejamos ser?” Na resposta, “imediate e impensada” mas “absolutamente sincera”, citava os *Pickwick Papers* de Dickens, as obras de Shakespeare, Milton e Shelley e a *Dégénérescence* de Max Nordau. Rematava com a afirmação algo desabusada de que todos os livros que lê, incluindo romances policiais, “têm uma suprema importância que passa no dia seguinte”. Uma das curiosidades da resposta é que Pessoa fala das suas primeira, segunda e terceira adolescências, a última delas passada em Lisboa. O inquérito de Sérgio, por falta de adesão dos escritores contactados, também não foi publicado.

¹¹ Albino Forjaz de Sampaio (1884-1949), autor do best-seller *Palavras Cínicas*, que Pessoa leu com 18 anos, em 1906, qualificando então essa obra de “crítica admirável” (CUNHA, 1987: 88).

¹² Foi republicada por M. Parreira da Silva (PESSOA, 1998-1999: II, 278-279).

A formação cultural de Fernando Pessoa

Ha quatro anos, Antonio Sergio, escreveu-me de Paris pedindo que realizasse junto de alguns escritores uma especie de inquerito. Submiti a sua pergunta a três ou quatro, mas só Fernando Pessoa respondeu desenvolvidamente. Deve o poeta ter sentido, menos a importancia do inquerito que a utilidade de explicar a si proprio qual a sua formação cultural. E assim, aproveitou a oportunidade que a pergunta de Sergio lhe oferecia. A prova de que attribua importancia á sua resposta está no facto de me ter fornecido uma copia, talvez por temer que o original não fosse, como não foi, publicado.

O exemplar em meu poder tem escrito á margem: «Osorio de Oliveira: Esta copia é para si, para o caso de querer ter uma copia da minha carta, enviando ao Sergio o original. Quando se escreve á maquina, é sempre facil facilitar. Muito seu, Fernando Pessoa. Repare que respondi immediatamente».

Eis a carta:

OSÓRIO DE OLIVEIRA

Meu caro Osorio de Oliveira

Recebi, ha cinco minutos, a sua pergunta: «Quais foram os livros que o banharam numa mais intensa atmosfera de energia moral, de generosidade, de grandeza de alma, de idealismo?» Respondo, como vê, imediatamente. Diz-me que é uma pergunta feita por Antonio Sergio, a quem não conheço pessoalmente, mas por quem tenho a maior consideração. É mais uma razão para responder depressa; não é, infelizmente, uma razão para poder ser lucido ou explicito, visto que se trata de um resumo em que, até agora, nunca reflecti.

Como, porém, em todas as dificuldades da vida se deve sempre agir antes de pensar, vou responder antes de saber o que digo, e a resposta terá assim o selo regio da sinceridade.

Ponho uma questão prévia. Os termos da pergunta pressupõem que a energia moral, a generosidade, a grandeza de alma e o idealismo sejam pessoas abstractas do meu convívio quotidiano. Infelizmente, eu felizmente, não o são. Não digo que as não conheça, mas não as conheço com aquela intimidade com que conheço o capricho, a insinceridade e o devaneio—por vezes, até, o devaneio logico, que tem sido uma das minhas principais exterioridades.

Traduzo, pois, a pergunta para o seguinte: Quais foram os livros que mais me transmudaram em mim mesmo para aquela pessoa diferente que todos nós desejamos ser? Para isto tenho uma resposta—aquela, immediata e impensada, a que acima me refiro, e que deve conter a verdadeira.

Em minha infancia a primeira adolescencia houve para mim, que vivia e era educado em terras inglesas, um livro supremo e involvente—os «Pickwick Papers», de Dickens; ainda hoje, e por isso, o leio e releio como se não fizesse mais que lembrar.

Em minha segunda adolescencia dominaram meu espirito Shakespeare e Milton, assim como, accessorianente, aqueles poetas românticos ingleses que são sombras irregulares deles; entre estes foi talvez Shelley aquele com cuja inspiração mais convivi.

No que posso chamar a minha terceira adolescencia, passada aqui em Lisboa, vivi na atmosfera dos filosofos gregos e alemães, assim como na dos decadentes franceses, cuja acção me foi subitamente varrida do espirito pela gymnastica sueca e pela leitura da «Dégénérescence», de Nordau.

Depois disto, todo o livro que leio, seja de prosa ou de verso, de pensamento ou de emoção, seja um estudo sobre a quarta dimensão ou um romance policial, é, no momento em que o leio, a unica coisa que tenho lido. Todos eles têm uma suprema importancia que passa no dia seguinte.

Esta resposta é, absolutamente sincera. Se ha nela, aparentemente, qualquer coisa de paradoxo, o paradoxo não é meu: sou eu.

Fernando Pessoa

Fig. 2. "A formação cultural de Fernando Pessoa", *Diário de Lisboa* (29-5-1936).

Há ainda a registar um inquérito submetido a Fernando Pessoa em data situável entre 1929 e 1932, a que ele fez várias tentativas de responder, sem concluir nenhuma. Desse inquérito se tratará adiante, em secção à parte.

Importa enfim referir que Fernando Pessoa também redigiu vários inquéritos ou questionários, ainda que não os tenha submetido a ninguém. Na sua maioria, esses inquéritos não tratavam de assuntos literários. Um deles, um inquérito de cinco perguntas redigidas em inglês e endereçado a personalidades internacionais, cujo testemunho no espólio, datável de 1929-30, tem a epígrafe "For a Book", foi já por nós publicado (PESSOA, 2015: 146-150). As perguntas abarcavam temas tão genéricos como os fins últimos das sociedades e das nações, o papel nelas do indivíduo, as noções de civilização e de progresso e a viabilidade ou utilidade das chamadas ciências sociais. Trata-se, como é visível, de uma iniciativa de propósitos

lúdicos, pois Pessoa não poderia esperar obter respostas dos inquiridos cujos nomes indicou, entre os quais figuravam políticos como Churchill, Lloyd George, Mussolini e Primo de Rivera ou intelectuais como Benedetto Croce, Unamuno, Ortega y Gasset e H. G. Wells. Anteriores a este, acham-se no espólio pessoano alguns projectos de inquérito ou questionários da sua presumível lavra. Assim um questionário de três perguntas, sob o título “Inquerito litterario – Quesitos” (dactiloscrito com a cota 14⁴-40^r), datável da década de 1910. As perguntas incidiam sobre as novas tendências da literatura portuguesa, a sua relação com as correntes portuguesas do passado e com as tendências coevas europeias, bem como as condições sociais que afectavam a produção literária tanto em Portugal como na Europa em geral. Estes temas só vagamente se podem relacionar com o assunto do “Inquérito literário” de Boavida Portugal de 1912, pois abarcam tópicos que vão além dele. Um outro questionário conservado no espólio, com quatro grupos de perguntas redigidas em inglês, datável de c. 1915 (dactiloscrito com as cotas 92H-89 e 90), incidia sobre o tema da guerra então em curso, suas origens profundas, suas características enquanto novo fenómeno bélico e suas previsíveis consequências nos planos político e ético (vd. **Figs. 7 e 8**). Tanto por alguns dos temas focados como pelas características materiais do testemunho, este questionário apresenta afinidades com os textos da resposta de Fernando Pessoa, em 1915, a um artigo de João de Barros, por nós já publicados (BARRETO, 2014: 194-211). Um “Inquerito acêrca da Situação do Teatro em Portugal”, com três perguntas (dactiloscrito com a cota 127P-75^v) é de autoria duvidosa, podendo tratar-se de um questionário alheio submetido a Pessoa.¹³ É ainda de mencionar o “Questionario para os Carneiros” (manuscrito 55F-10^r e 11^r). Trata-se de um questionário dirigido a membros de associações políticas ou sociais, mas não se trata de um autêntico inquérito, pois as sucessivas perguntas, por vezes intercaladas com afirmações, são meramente retóricas e reflectem a aversão de Pessoa ao associativismo (vd. **Figs. 9 e 10**). O questionário relaciona-se tematicamente com o projecto pessoano do designado “antisyndicato” (também designado “anti-carneiros”), de que existem diversos materiais no espólio, geralmente datáveis de c. 1925, nomeadamente 111-36 a 46, 111-73 a 75, 48A-18^v e 15¹-87 a 88.

Um inquérito sobre a situação dos artistas em Portugal

A rematar esta resenha, apresenta-se aqui um inquérito que poderá ter sido, cronologicamente, o último que foi submetido a Fernando Pessoa e ao qual tentou dar resposta, sem, contudo, a terminar.

¹³ Além do tema da situação do teatro português seu contemporâneo, que parece distante das preocupações de Fernando Pessoa, o acento circunflexo na palavra *acêrca*, não usual na sua ortografia, também aponta para autoria alheia.

Existe no espólio pessoano um conjunto de rascunhos ou esboços da resposta de Pessoa a um inquérito com datação provável do período 1929-1932. O conjunto dos textos está basicamente disperso por três núcleos ou “envelopes”, 114¹, 129A e 55F, a que correspondem três diferentes versões da resposta ao mesmo inquérito, que se optou aqui por denominar, respectivamente, versão A, versão B e versão C. Acresce que a primeira folha da versão B (55F-17^r) estava arrumada no espólio juntamente com as folhas da versão C, o que dificultava grandemente a percepção da existência de três versões.

Desconhece-se quase tudo sobre este inquérito: quem o promoveu, a que publicação se destinava e se, além de Pessoa, terá havido mais inquiridos. A revista *Fama* (dirigida por Augusto Ferreira Gomes e, depois, por Armando Boaventura, em que Pessoa publicou em 1932 o artigo “O caso mental português”) não esteve ligada a este inquérito. Excluída está, obviamente, a hipótese de se tratar do atrás referido inquérito de 1929 lançado por João Ameal no *Diário de Notícias*.

O inquérito constava de uma só pergunta sobre a situação dos *artistas* em Portugal. “Responderei à sua pergunta” – começa a versão A da resposta de Pessoa. O teor exacto da pergunta é desconhecido, mas deduz-se que deveria incidir sobre a “situação presente dos artistas” em Portugal. Nas versões B e C, Pessoa delimita o âmbito da sua resposta à “situação presente dos escritores” e, na versão A, à situação dos “artistas escritores” ou “literatos”, declinando falar da situação dos artistas das artes visuais, da música, da filosofia (esta definida como “arte de imaginar universos falsos”), etc. Na versão A, Pessoa refere-se à “crise” existente entre os escritores.

Quanto à data do inquérito, o que se pode estabelecer com certeza é que é anterior à publicação da *Mensagem* (outubro de 1934), pois Pessoa afirma na sua resposta que “não tenho livros publicados” (versões A, B e C). As notórias afinidades das versões B e C com um trecho avulso do espólio de cota 55I-23, que começa: “Productio de dois seculos de falsa educação fradesca e jesuitica...”, dactilografado no verso de uma folha timbrada de confirmação de radiotelegrama (vd. **Fig. 3**), indiciam 1929-1932 como data provável comum dos três rascunhos e do referido trecho avulso, já que nesse período aquele suporte foi usado em vários tipos de escritos em prosa e em verso. Uma versão alternativa, substancialmente diferente, da resposta de Pessoa ao inquérito sobre o fado publicada n’*O Notícias Ilustrado* (n.º 44, 14 de abril de 1929, p. 14) foi redigida no verso de uma folha timbrada (71A-32) idêntica a 55I-23. Essa versão alternativa é conhecida (PESSOA, 2011a: 293-294, 2014: 566-567).

Pareceu possível estabelecer a ordem por que foram escritas as três versões de resposta ao inquérito sobre a situação dos artistas. A versão A, inteiramente dactilografada, é a mais curta das três e foi escrita num estilo mais solto, quase coloquial. Essa versão, que não tem partes manuscritas nem tem praticamente emendas, é bastante diferente das versões B e C, pois não aborda as causas históricas da situação dos escritores portugueses, nem fala da Igreja, da Inquisição, do

liberalismo, da Maçonaria, etc. Com base numa análise dos textos, concluiu-se que a versão A terá sido a primeira versão da resposta, seguindo-se a versão B e, finalmente, a versão C, que retoma emendas já feitas em B.

Nenhuma das versões A, B e C parece estar completa ou em versão final – o que não exclui absolutamente que Pessoa pudesse ter concluído o texto, já que não conservou cópias de muitos originais por ele realmente entregues para publicação. Não há, porém, qualquer indício de que uma resposta de Pessoa a este inquérito tenha sido publicada.

A versão A da resposta ao inquérito é inédita. A versão B foi só parcialmente publicada (PESSOA, 2011b: 189-192), com falta da primeira página, que estava desemparelhada no espólio e que posteriormente foi localizada. A versão C é inédita. O trecho avulso 55I-23 já foi publicado (PESSOA, 1979: 84-85).

Transcrevem-se de seguida, dos originais do espólio, as três versões da resposta de Pessoa (vd. os originais nas **Figs. 12 a 14**).

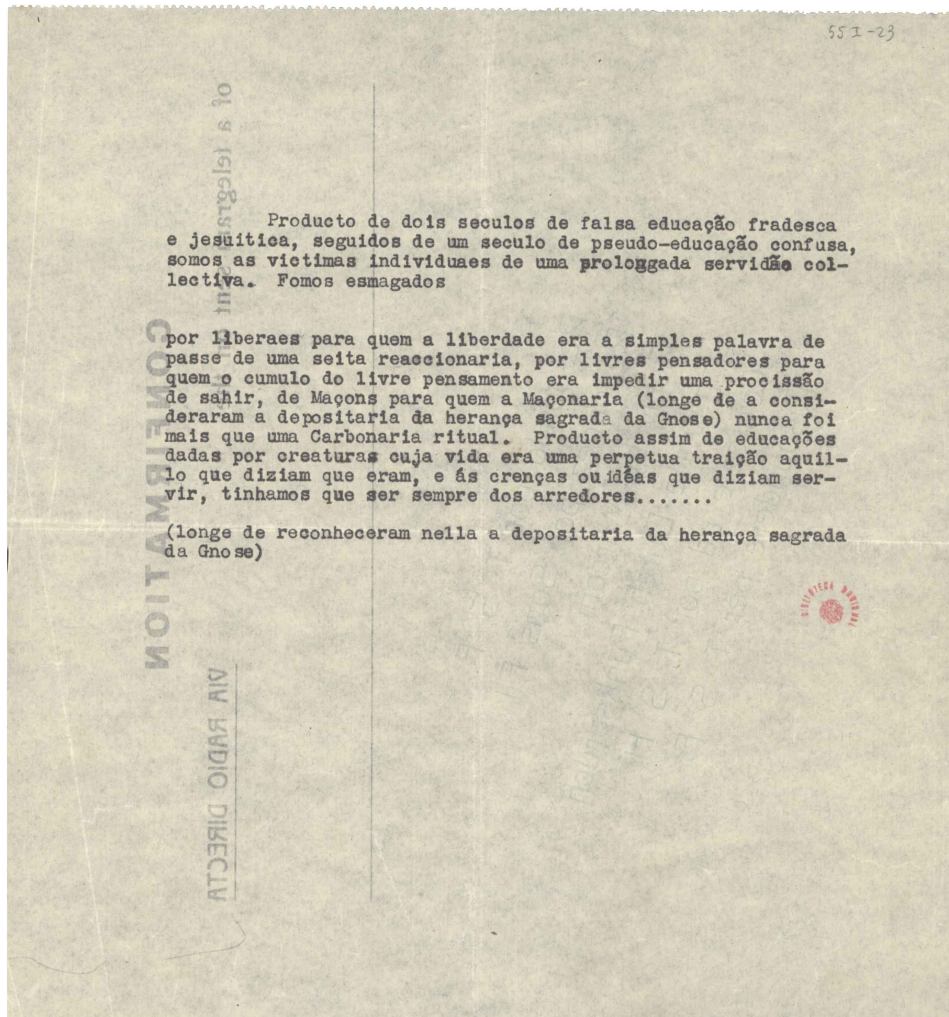


Fig. 3. “Producto de dois seculos de falsa educação fradesca e jesuítica...” (BNP/E3, 55I-23^o).

[Resposta a um inquérito – versão A]

114^v-91. Uma folha dactilografada dos dois lados, sem emendas manuscritas.

[114^v-91^r]

Responderei à sua pergunta, primeiro, por uma limitação do assumpto. No que respondo, respondo só ao que posso. Excluirei pois qualquer referencia a todos os artistas que não sejam literatos, e isto pela simples razão de que nada sei das artes visuaes, da musica, e da philosophia (que é arte de imaginar universos falsos) nem technica, nem profissionalmente. Outros tem v. que lhe podem expor com competencia critica e practica esses aspectos do problema.

A referir-me, porém, só aos literatos, deve entender-se que fallo, não de experiencia propria, nem sequer impropria, mas do que tenho podido observar e concluir. Não tenho livros publicados, e não posso portanto fazer juizo sobre elles, nem queixar[-me] do publico me não comprar o que eu não forneço.

Posto isto, entendo que a crise, que ha, entre os artistas escriptores deriva da conjuncção de trez circumstancias – da incompetencia critica da imprensa em terceiro lugar, da inercia profissional¹⁴ dos editores em segundo, da ineducação do publico em primeiro.

Nenhum jornal, que eu saiba, se dá ao trabalho de pôr em relevo a producção litteraria, ou de para ella estabelecer uma critica que possa ter esse, ou qualquer, nome, salvo qualquer que seja obsceno. A critica corrente nos paizes onde se lê tem especial interesse em descobrir novos escriptores, em descobrir novos aspectos litterarios, em, por vezes, [dar] aos consagrados aquellas chicotadas de discordancia que os não deixam adormecer, segundo sua natural tendencia.

Nenhum editor, que eu saiba, se dá ao trabalho de procurar novos escriptores, de os lançar, de animar o mercado do livro com elles. Fazem-o os editores de toda a parte onde se lê, sendo notavel o exforço n'esse sentido dos editores inglezes. Aqui não. Não ha differença mental entre o editor e o merceeiro, salvo que o merceeiro é obrigado, até contra vontade, de ter um bocado mais escrupulo na mercearia que vende.

Por fim, o publico. O nosso publico litterario é trez publicos: o publico maior que só não é analphabeto porque sabe ler; o publico acima d'esse, que tem um interesse que ninguem orienta, e uma curiosidade que ninguem satisfaz; e o publico especial □

Do publico snob não fallo, porque é snob só por fora, nem tendo a sinceridade do snobismo. É, intellectualmente, a plebe bem vestida – bem educada já se não [114^v-91^v] pode dizer.

¹⁴ <incompetencia profissional> inercia profissional

Num meio assim, todo exforço literario, direi até intellectual, que não coincida com □

Nem todo auctor é, cumulativamente, um bom chefe de publicidade. Nem todo auctor está disposto a andar a mendigar uma referencia amavel, ou □

O Estado? O Estado não pode fazer nada, e é melhor, até, que o não tente fazer, porque sahe sempre asneira. O Estado poderá orientar ou coordenar actividades practicas, como sejam o commercio e a industria; não pode nem deve coordenar actividades super-practicas, como a literatura, que por sua natureza é superior ao Estado, e livre das peias de qualquer sujeição ao interesse colectivo.

[Resposta a um inquérito – versão B]

55F-17^r, 129A-3^r e 129A-2. Três folhas dactilografadas só de um lado, numerada a segunda (129A-3), todas com emendas e acrescentos manuscritos, a terceira com acrescentos manuscritos também no verso. Considerou-se plausível que a terceira folha (129A-2), apesar de não numerada, seja a continuação da segunda, dado continuar a abordar o tema da maçonaria e sempre sob a forma de resposta a alguém (“como v. sabe”, frase também utilizada na primeira folha). No espólio, a primeira folha (55F-17) acha-se arrumada separadamente das outras duas.

[55F-17^r]

A minha resposta ao que v. me pergunta começará por uma limitação do assumpto. Como não posso abranger-o em todo o ambito, respondo só¹⁵ àquella parte¹⁶ a que de facto, e em certo modo, posso responder. Nada sei¹⁷, nem technica, nem critica, nem practicamente, das artes visuaes, da musica e das artes¹⁸ de espectáculo e execução, restringir-me-hei pois a tratar¹⁹ da literatura, isto é, da situação dos escriptores. O que direi não se baseará em qualquer experiencia propria, pois, como v. sabe, não tenho livros publicados;²⁰ baseia-se no que tenho podido observar dos outros; mas assim, salvo erros de observação,²¹ poderei fallar à

¹⁵ Como <[↑ o]> não posso abranger<r>[↑/lo\ em] todo o <[→ seu]> ambito, <da materia que v. indica, vou limitar-me a> respond<er>/o\ [→ só] <só>

¹⁶ parte <d’ella>

¹⁷ <Respoder> <Como> <n>/N\ada sei

¹⁸ <da philosophia> das artes

¹⁹ restringir-me-hei [← pois] a tratar

²⁰ não <publiquei ainda> [↑ tenho] livro[→s] <algum> [← publicados;]

²¹ observação <e conclusão>,

vontade²², pois me não²³ póde ser attribuido o rancor de não ter vendido os livros que não publiquei.

A situação presente dos escriptores em Portugal é má. É má de trez maneiras: (1) os que vendem alguma cousa não vendem todavia bastante, (2) os que surgem não recebem nenhum estímulo util, ainda que simplesmente moral, (3) não ha critica, propriamente dicta, pela qual se estabeleça²⁴ uma comparação e gradação de meritos, e se impida os consagrados de desconsagrar-se²⁵ moralmente, como é sua natural tendencia, os jovens de sobrescrever²⁶ e as influencias pessoaes e publicitarias de sobrelevar ás da opinião.²⁷

A culpa desta situação é, aparentemente, da grande imprensa, onde não ha critica nem criticos; dos editores, que não curam, como na maioria dos outros paizes, de lançar novidades,²⁸ mas se cingem, com inercia e ineptia²⁹, à monotonia do repetido; do publico orientador³⁰ – isto é, o publico que socialmente marca as modas e os costumes – que vive³¹ numa perenne adoração negroide dos escriptores estrangeiros, só porque são estrangeiros.

Isto, porém, é a apparencia. A realidade é que imprensa, editores e publico orientador são simples manifestações representativas do estado geral do meio social portuguez. Culpal-os do que são³² seria culpar³³ alguém dos paes que teve.

Vem de longe, quanto ás causas,³⁴ esta triste condição da nossa mentalidade geral³⁵. Consumidas no exforço dos Descobrimentos e da fundação do Imperio as forças principaes da mentalidade e da energia portuguezas, ficou, como a vasa quando a maré baixa,³⁶ uma menor resistencia social ás más influencias, uma

²² fallar <mais> à vontade

²³] *sinal de inversão de ordem das palavras em não me*

²⁴ pela qual <os chamados consagrados sejam mantidos na ordem, os> se estabeleça

²⁵ meritos, [↑ e] se <não deixe> [↑ impida] os consagrados [→ de] desconsagrar-se

²⁶ os jovens [↑ de] sobrescrever

²⁷ e os nullos [de] mixturar-se inconfundivelmente com os que o não são. [← e as influencias pessoaes e publicitarias de sobrelevar ás da opinião.]

²⁸] *a seguir à vírgula foi riscada a frase: reclamando por isso abundantemente aquelles novos escriptores que offerecem interesse,*

²⁹ <sem intelligencia> [↑ ineptia]

³⁰ do publico<, que ou não lê, ou lê mal,> orientador

³¹ <Isto, porém, é a apparencia.> que vive

³² <de o ser> [↓ do que são]

³³ seri<am>/a\ <como> culpar

³⁴ <de muito longe> [↑ quanto ás causas]

³⁵ da [→ nossa] mentalidade geral <portugueza>

³⁶ <creada assim> [→ ficou, como a vasa quando a maré <desce> baixa]

plebeização do espirito; e assim pôde desabar triunphantemente³⁷ sobre nós, como uma maldição divina, tudo quanto a Igreja de Roma tem de mais oppressivo do espirito e de mais perversor da alma. De um lado – e, por assim dizer, por fóra – foi a Inquisição, cuja³⁸ foice de fogo não deixava uma cabeça emergir, individual e [129A-3^r] critica, acima da massa confusa da população inerte – uma fidalguia de toureiros parvos, uma classe media incerta e incoherente, uma plebe de carneiros³⁹ verticaes. /E/ do outro lado, de dentro, e mais subtil, mais perigoso – porque contra o veneno ha menos defeza que contra o punhal – foram⁴⁰ dois a trez seculos de educação fradesca e jesuitica que puzeram essa massa geral da nação em tal estado que poucas cabeças poderiam, de facto, emergir, individuaes e criticas, acima d’ella. Ora não é /impunemene/ que sobre o corpo enfraquecido de uma nação se abatem a tyrannia⁴¹ frequente e a perversão constante. O effeito foi profundo e portanto duradouro, e a longa crise liberal não bastou para apagal-o. Ainda hoje em Portugal a maioria – de Norte a Sul das doutrinas e dos modos de ver – pensa, falla e age como se fôsse producto immediato d’aquella mesma pedagogia das trevas. De integralistas⁴² a communistas, são ainda todos espiritualmente catholicos romanos: em todos a mesma subserviencia incritica à autoridade⁴³ que escolheram, a mesma inercia da individualidade⁴⁴ viva, a mesma inconsciencia dos cambiantes e das subtilezas, a mesma intolerancia de escravos camaradas.

O liberalismo, qualquer que seja o seu merito ou demerito geral (é ponto que ainda se não estudou imparcialmente, e por isso está por estudar), teve comtudo o condão, commum a todos os grandes movimentos revolucionarios⁴⁵, de quebrar essa monotonia. É possível que lhe substituisse a desordem, material e mental. A desordem, porém, é preferivel à estagnação. Contra a desordem somos, ao menos, estimulados a reagir; na estagnação afundamo-nos.⁴⁶

Emquanto se não erguer na nação portugueza uma reacção verdadeira – reacção contra tudo quanto provocou este estado social, e tanto contra a estagnação produzida pelo envenenamento romano, como contra a desordem produzida pela bebedeira liberal, nada ha a esperar do meio portuguez em relação ao escriptor. Suppor que o Estado pôde fazer qualquer coisa é cahir na já velha heresia da

³⁷ espirito; [e assim pôde] desaba<ram>/ar\ [↓ triumphantemente]

³⁸ <que> cuja

³⁹ <meros animaes> carneiros

⁴⁰ <e contra o veneno lento menos que tudo> – [↑ *forão]

⁴¹ <desabam> [↑ se abatem] a <injustiça constante e a perversão> tyrannia

⁴² <monarchicos> [↑ integralistas]

⁴³ à<s> autoridade<s>

⁴⁴ inercia <critica> da individualidade

⁴⁵ revolucionarios, <qualquer que seja a sua indole,>

⁴⁶] riscado o último período deste parágrafo: A hysteria não será uma vantagem, mas não se pode allegar que seja peor que o estado de coma.

divinização do Estado. Suppor que o Estado pode transcender a incapacidade da nação e que os executores das leis, que é quem forma o Estado, são milagrosamente isentos dos defeitos do ambiente⁴⁷ □

Toda a reacção critica é necessariamente individual.

Para quê rejeitar o dogma catholico, que é inoffensivo e elevado, e ficar com a mentalidade catholica, que é uma perversão, intellectual e moral, da mentalidade civilizada?

reacção, não contra o dogma ou o ritual catholicos, mas contra o espirito e a mentalidade catholicas, das quaes a Maçonaria Portugueza (como aliás a de todos os paizes latinos depois do desastrado gesto do Grande Oriente de França em 1877^a)□

de sorte que a Ordem ^b, em vez de ser, como supremamente lhe competia, a depositaria consciente das doutrinas sagradas da Gnose e da Kabbalah nas suas transmissões templaria e rosicruciana, ficou uma⁴⁸ simples Carbonaria ritual, um anticlericalismo secreto, catholico-romano em espirito até à medulla, na sua chateza, na sua intolerancia, na sua ignorancia das mesmas consequencias superiores da sua propria constituição⁴⁹ e dos seus proprios Mystérios.

[129A-2^r]

Ora é evidente que este estado de coisas, visto que representa o reflexo natural do estado psychico do meio social portuguez, não pode ser alterado, em qualquer sentido, senão atravez de uma lenta transformação d'esse meio – transformação que se pode produzir de diversas maneiras, mas que o Estado não póde provocar nem precipitar, nem nella colaborar senão no sentido de uma reforma integral da instrucção publica, e essa mesma (se alguém a ousar fazer) não terá mais que um effeito limitado. Se a nação portugueza quere salvar-se do seu provincianismo presente, tem que fazel-o ella, e não o Estado por ella, pois que em tudo que é do espirito não podemos depender da materia, e o Estado é matéria. Em tudo do espirito temos que guiar-nos por aquelle dito de S. Paulo, fundador historico da religião individualista chamada o christianismo⁵⁰: “Obra tu a tua salvação”.

⁴⁷ Estado. [↓] Suppor que o Estado pode transcender a incapacidade da nação [←] e que os executores das leis, que é quem forma o Estado, são milagrosamente isentos dos defeitos do ambiente

⁴⁸ ficou<-se n>uma

⁴⁹ <symbolica> [↑ constituição]

⁵⁰ fundador do protestantismo: [↓ fundador historico da religião individualista chamada o christianismo:]

Pode bem ser que, em materia de fé, nada sejamos sem a Graça Divina: é um ponto de crença que a razão não pode afirmar nem negar; em materia social a Graça Divina tem que estar em nós, em cada individuo separadamente.

Curiosa attitude a dos que dizem não accreditar nos milagres de Deus, e nos propõem que accreditemos nos milagres do Estado.

“Deus ha de ajudar-nos”, dizia um escocez celebre a um amigo. “Pois sim filho”, respondeu o outro, “mas ajudemol-o a ajudar-nos”.

Digo isto com tanta mais pena porquanto, sendo eu, como v. sabe, um christão gnostico, sou, quer eu queira quer não, espiritualmente correligionario dos maçons, embora sob outra Luz.⁵¹

Uma força coherente e profunda, porque assente num mysterio, poderia ter formado a reacção social contra □. Em França, porém a Maçonaria, trahiu-nos, como a si-mesma, nos seus veros fundamentos, se trahiu. A □

[129A-2^v]

Não basta divinizar o Estado para o Estado ficar divino. Quem sabe como a divinisação dos Cesares foi realidade no Olympo?

Do *povo, sim, reacções parciaes.

A these de que descendemos do macaco não nos obriga a imitar os⁵² macacos, como a these de que descendemos de Adão não nos obriga a imitar, com ou sem mulher, o seu deploravel exemplo.

Notas

^a Refere-se à decisão do Grande Oriente de França de abandonar no ritual das suas lojas as invocações ao “Grande Arquitecto do Universo”.

^b A Maçonaria.

⁵¹] termina aqui a parte dactilografada do texto

⁵² ser [↑ imitar os]

[Resposta a um inquérito – versão C]

55F-18^r a 20^r. Três páginas dactilografadas, numeradas a segunda e a terceira, com acrescentos e emendas à mão. A ortografia difere em alguns aspectos, sobretudo acentuação, da habitualmente usada pelo autor, mas os acrescentos manuscritos retomam a ortografia habitual. O primeiro parágrafo, e apenas ele, acha-se também no dactiloscrito avulso 14⁴-73^r, com diferenças mínimas.

[55F-18^r]

A minha resposta ao que v. me pergunta começará por uma limitação do assunto. Respondo⁵³ só àquela parte a que de facto, e em certo modo, posso responder. Como nada sei⁵⁴, nem tecnica, nem critica, nem praticamente, das artes visuais, da musica e das artes de espectáculo e execução, limitar-me-hei à literatura⁵⁵, isto é, no lance à situação dos escritores. O que direi não se baseia em experiencia própria, pois, como v. sabe, não tenho livros publicados: baseia-se no que tenho podido observar nos outros. Assim, porém, salvo erros⁵⁶ de observação e interpretação, poderei falar à vontade, pois me não póde perturbar o rancor de não ter vendido os livros que não publiquei.

A situação presente dos escritores em Portugal é má. É má de trez maneiras directas⁵⁷: os que vendem alguma coisa não vendem todavia bastante; os que surgem não recebem nenhum estimulo util, ainda que só moral; não ha crítica, com efeitos e reflexos sociais, pela qual se estabeleça uma gradação de méritos⁵⁸, e se impida os consagrados de desconsagrar-se moralmente, como é sua natural tendencia, os jovens de sobrescrever, como é seu falso impulso, e as influencias pessoais e publicitárias de sobrelevar às da opinião.

A culpa desta situação é, aparentemente, da grande imprensa, onde não ha crítica nem criticos; dos editores, que não curam, como na maioria dos outros países, de lançar novidades, mas se cingem, com inercia e inepcia, à monotonia do repetido; e do publico orientador – isto é, o [55F-19^r] escol passivo,⁵⁹ que socialmente estabelece as modas e os costumes –, que vive numa perene adoração negroide dos escritores estrangeiros, só porque são estrangeiros.

Isto é, porém, a apparencia. A realidade é que imprensa, editores e público orientador são simples manifestações representativas do estado geral do meio social. Culpá-los do que são seria culpar alguém dos pais que teve.

⁵³ <Como não posso abrangê-lo em todo o ambito,> <r>/R\espondo

⁵⁴ [↑ Como] <N>/n\ada sei

⁵⁵ execução<>/,\ restringir-[↑ limitar-]me-hei<, pois,> à literatura

⁵⁶ outros<, mas>. <a>/A\ssim, [↑porém,] salvo erros

⁵⁷ maneiras [↑ directas]

⁵⁸ não ha crítica, propriamente dita, [↑ com efeitos e reflexos sociaes, ← pela qual se estabeleça uma gradação de meritos] pela qual se estabeleça uma comparação e gradação de méritos

⁵⁹ publico [↑ escol passivo,]

Vem de longe, quanto às causas, esta triste condição da nossa mentalidade geral. Consumidas no esforço dos Descobrimentos e da fundação do Imperio as forças principais da mentalidade e da energia portuguesas, ficou, como a vasa quando a maré baixa, uma debil resistencia social às más influencias, uma degradação natural da capacidade de reagir. Assim pôde desabar triunfante sobre nós, como uma maldição divina, tudo o que na Igreja de Roma imperava na acção – que é o que ella tem⁶⁰ de mais oppressivo do espirito e de mais perversor da alma. De um lado – e, por assim dizer, de fóra – foi a Inquisição, cuja foice de fogo não deixava uma cabeça emergir, individual e crítica, acima da massa confusa da população inerte – uma fidalguia de toureiros parvuos, uma classe média incerta e incoerente, uma plebe de rezes verticais. Do outro lado – e, por assim dizer, de dentro – foi a educação fradesca⁶¹ e jesuitica, que poz essa massa⁶² geral da nação em tal estado que poucas cabeças poderiam, de facto, emergir, individuais e críticas, acima dela.

Veio depois o liberalismo e este, qualquer que seja⁶³ o seu mérito ou demérito geral (é ponto que ainda se não estudou imparcialmente, e por isso está por estudar), teve contudo a vantagem, comum a todos os grandes movimentos revolucionários, de quebrar essa monotonia apática.⁶⁴ É possível que lhe substituisse a desordem, material e mental. A desordem, porém, é preferivel à estagnação. Contra a desordem somos, ao menos, estimulados a reagir; na estagnação afundamo-nos.

Não é, porém, impunemente que sobre o corpo enfraquecido de uma nação se abatem durante trez seculos a tiranía⁶⁵ frequente e a perversidade constante. O efeito /delas/ é profundo, e portanto duradouro.⁶⁶ Assim foi em Portugal.⁶⁷ O que houve de bom, de fecundo, na agitação liberal foi a agitação; o que houve de mau foi o liberalismo. Era, em geral, um liberalismo⁶⁸ que o não era, uma contra-tyrannia. Participando da mesma influencia⁶⁹ que o miguelismo a que se opunha, não podia deixar de lhe ser analogo no typo de idéas e dos processos. E assim é que ainda hoje, não ha individualismo em Portugal e não ha liberalismo em Portugal. Não accrescentei⁷⁰ que não ha democracia, pois que a não ha nem houve em parte alguma.

⁶⁰ tudo quanto a [↑ o que na] Igreja de Roma [↑ imperava na *acção – que é o que ella] tem

⁶¹ – <fôram> [↑ foi,] <[↑ durante]> <dois ou trez séculos,> <de> [↑ a] educação fradesca

⁶² <puzeram> [↑ poz] essa massa

⁶³ [↑ Veio depois] O liberalismo [↑ e este], qualquer que seja

⁶⁴ quebrar essa monotonia apática. [↑ enterrar *moralmente *as tradições *da sua vida espiritual]

⁶⁵ se abatem [↑ durante trez seculos] a tiranía

⁶⁶ constante. [← Da acção prolongada resulta] O efeito /delas/ <foi> [↑ é] profundo, e portanto duradouro.

⁶⁷] *a partir deste período o texto é manuscrito, usando a ortografia antiga*

⁶⁸ Era, [↑ em geral] <uma> [↑ um] liberalismo

⁶⁹] *palavras ilegíveis riscadas na entrelinha inferior*

⁷⁰ Não <disse> [↑ accrescentei]

Da violenta⁷¹ contra-tyrannia de Pombal resultou, em certo grau⁷², uma libertação – libertação imperfeita nas suas origens, e porisso facilmente frustrada nas suas consequencias. O meio, em geral, ficou o mesmo, e a mesma⁷³, portanto, a mentalidade colectiva. Mas ficou sendo mais facil ao individuo⁷⁴ isolado o afirmar, como é essencia do culto, a sua personalidade anti-gregaria.

Apêndice 1

[Versão não publicada da resposta de Fernando Pessoa ao inquérito “Portugal, vasto Império” de Augusto da Costa]

55J-37^r. Uma página dactilografada, datável de 1926. Poderá ser uma primeira versão da resposta, abandonada em favor da que foi realmente publicada. Em itálico, vão indicadas as perguntas, que não se encontram no dactiloscrito.

I — Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?

I. - Cumpre, antes de mais nada, determinar⁷⁵ claramente a significação⁷⁶ do termo “grande potencia”⁷⁷. Partindo do principio, que, no caso, pode ter-se por assente, de que uma grande potencia é uma nação que influe notavelmente nos destinos do mundo, resta saber que espécie de influencia é essa.

Ha trez maneiras⁷⁸ de influir notavelmente nos destinos do mundo — estorvando ou ameaçando a civilização, distribuindo a civilização, ou creando a civilização. O primeiro é o caso de uma grande potencia guerreira, quaesquer que sejam os fundamentos em que pretenda assentar o seu “direito” a fazer guerra. O segundo é o caso de uma grande potencia⁷⁹ economica. O terceiro é o caso de uma grande potencia cultural. São exemplos typicos: do primeiro caso, o imperio napoleonico — typico até pela sua breve duração; do segundo caso, o imperio britannico; do terceiro caso, a Grecia e os Judeus.

⁷¹ D<A>/a \ violenta

⁷² modo [↑ grau]

⁷³ o mesmo, <aqui ou alli, †> e a mesma

⁷⁴ mais facil <o haver> [↑ ao] individuo

⁷⁵ <definir> determinar

⁷⁶ <o>/a \ <sentido> significação

⁷⁷ portencia] *no original*

⁷⁸ Ora ha dois m<o>/a \ [↓ Ha <duas> trez maneiras]

⁷⁹ portencia] *no original*

Salvo circunstancias excepçõaes, imprevisíveis⁸⁰ ainda, alianças por adivinhar, combinações longe ainda do mundo dos prováveis, não creio que Portugal venha a ser, possa ser, ou deva ser, uma grande potencia perturbadora, ou guerreira. É mais concebível, o que não implica que seja uma realidade mais provável, que Portugal possa vir a ser — não sòsinho, ou sò continental — uma grande potencia economica ou distribuidora. Mas pode ser uma grande potencia espiritual; e pode sel-o porque já o foi: o antigo imperio portuguez, fundado nas descobertas, era por isso mesmo fundado num phenomeno cultural.

II — Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?

II. Hoje, e por emquanto, Portugal não tem direito absolutamente nenhum a ser considerado uma potencia, e ainda menos uma grande potencia. A definição anteriormente dada o esclarece. Não ameaçamos a paz no mundo; não distribuimos civilização; não creamos civilização. Vivemos, com immensamente maior gloria passada, e immensamente menor decencia presente, a vida nulla e mesquinha de uma Suissa⁸¹, de uma Belgica, de uma Hollanda, de uma Romania.

III — Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concerto europeu?

III. A manutenção ou perda das nossas colonias em nada pode affectar o nosso destino de grande potencia espiritual, se tivermos que tel-o, ou que poder tel-o. O inverso⁸² d'aquellas palavras do Evangelho é verdadeiro tambem: podemos bem perder o mundo, desde que ganhemos a alma.^a

IV — Sim ou não o moral da nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional? Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

IV. Como a criação de um imperio espiritual procede de causas profundas, geradas, sob a compulsão do destino, pelos designios obscuros dos Deuses, □

Lá o diz o unico sociologo portuguez, o Bandarra, naquella quadra que não é d'elle:

Quando tiverem por certo
Perdida toda a esperança
Portugal terá bonança
Na vinda do Encoberto.

Nota

^aReferência a Mateus, 16:26: "O que adianta alguém ganhar o mundo inteiro, mas perder a vida verdadeira?"

⁸⁰ imprivisíveis] *no original*

⁸¹ Suisa] *no original*

⁸² <invez> [↑ inverso]

105-4
p. 89-90

FERNANDO PESSOA

A grande desvantagem do seu inquerito é a resposta ser tão facil que nem podemos ter o prazer de duvidar da nossa sinceridade. Uma obra destaca-se tão affastadamente de todas que nem vale a pena fingir que se hesita.

Chamo a atenção das pessoas criticamente competentes (essas pessoas são uma mera hypothese da minha delicadeza) para o facto de que a Patria de Junqueiro é, não só a maior obra dos ultimos trinta annos, mas a obra capital do que ha até agora de nossa literatura. Os Lusíadas occupam honradamente o segundo logar.

Não ha infelizmente duvidas. A Patria sobreleva aos Lusíadas (1) na perfeita organicidade e construção, na unificação e integralisação dos complexissimos elementos componentes, o que é já bastante para a marcar superior, e tambem (2) no poder puramente imaginativo e visionador e (3) na elevação, intensidade e complexidade do sentimento patriotico e religioso. E se Os Lusíadas vencem na solemnidade e sobriedade da sua linha estrutural, a Patria compensa-o com a sua superioridade lyrica expressiva de realização. Cada qual tem a força da sua epoca.

REPUBLICA

Fig. 4a. Rascunho da resposta de Fernando Pessoa ao inquérito do jornal *República* sobre "O mais belo livro" (BNP/E3, 105-4).

POSSO MESMO ACRESCENTAR QUE ^{a meu ju} ~~creio que~~ a Patria
^{então} ~~fixa~~, com o Fausto de Goethe e o Prometheu Liberto
~~de Shelley~~ / a trilogia de grandeza na poesia super-
 lyrica moderna.

É esta a minha opinião, lamentavelmente sincera,
 e que nem tenho esperanças que seja errônea, para que
 possa ter algum interesse.

É curioso que Bruno, no Brazil Mental leva varias
 paginas a fingir que não tem uma opinião identica á
 que exponho quanto a Os Lusíadas e a Patria. Medo á o-
 pinião dos outros? É horrorosamente possível. .. Não
 reparar Bruno em que não ha outros em Portugal!...

Fig. 4b. Rascunho da resposta de Fernando Pessoa ao inquérito do jornal *República* sobre "O mais belo livro" (BNP/E3, 105-4v).

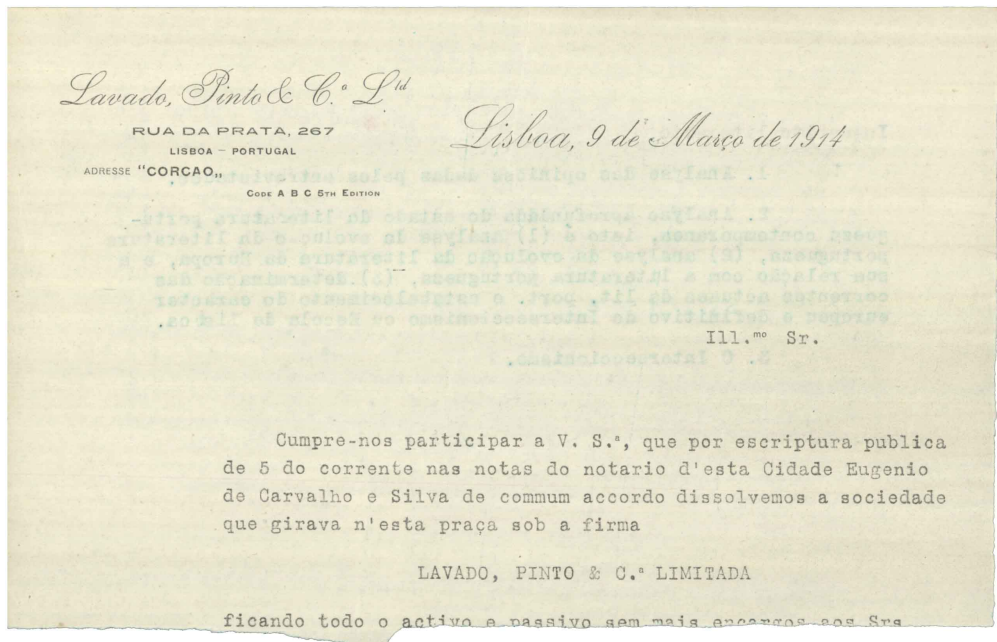
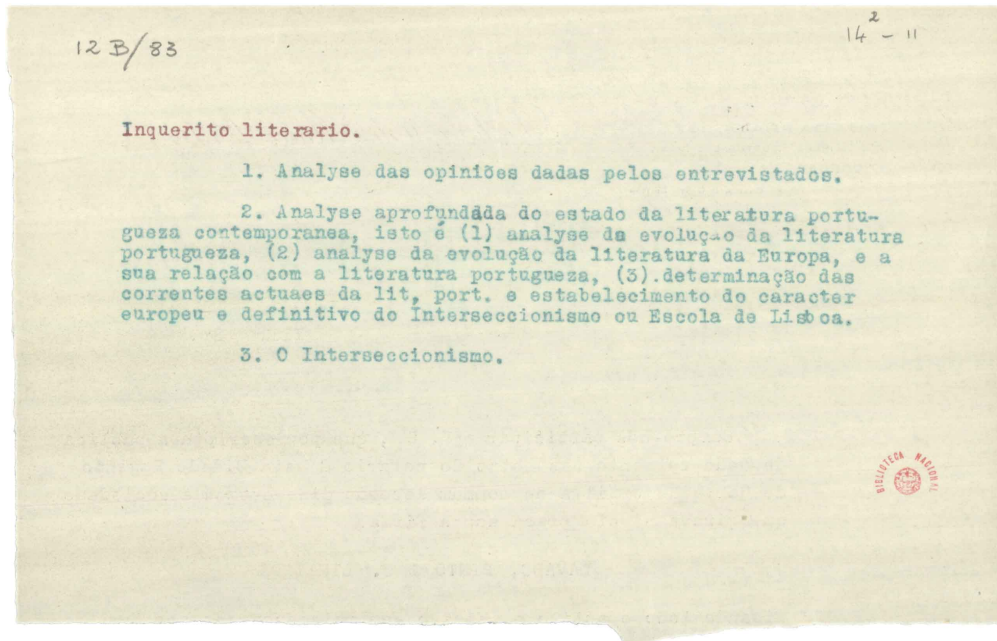


Fig. 5a e 5b. Esquema de réplica a um inquérito e referência ao Interseccionismo (BNP/E3, 14²-11¹ e 11^v).

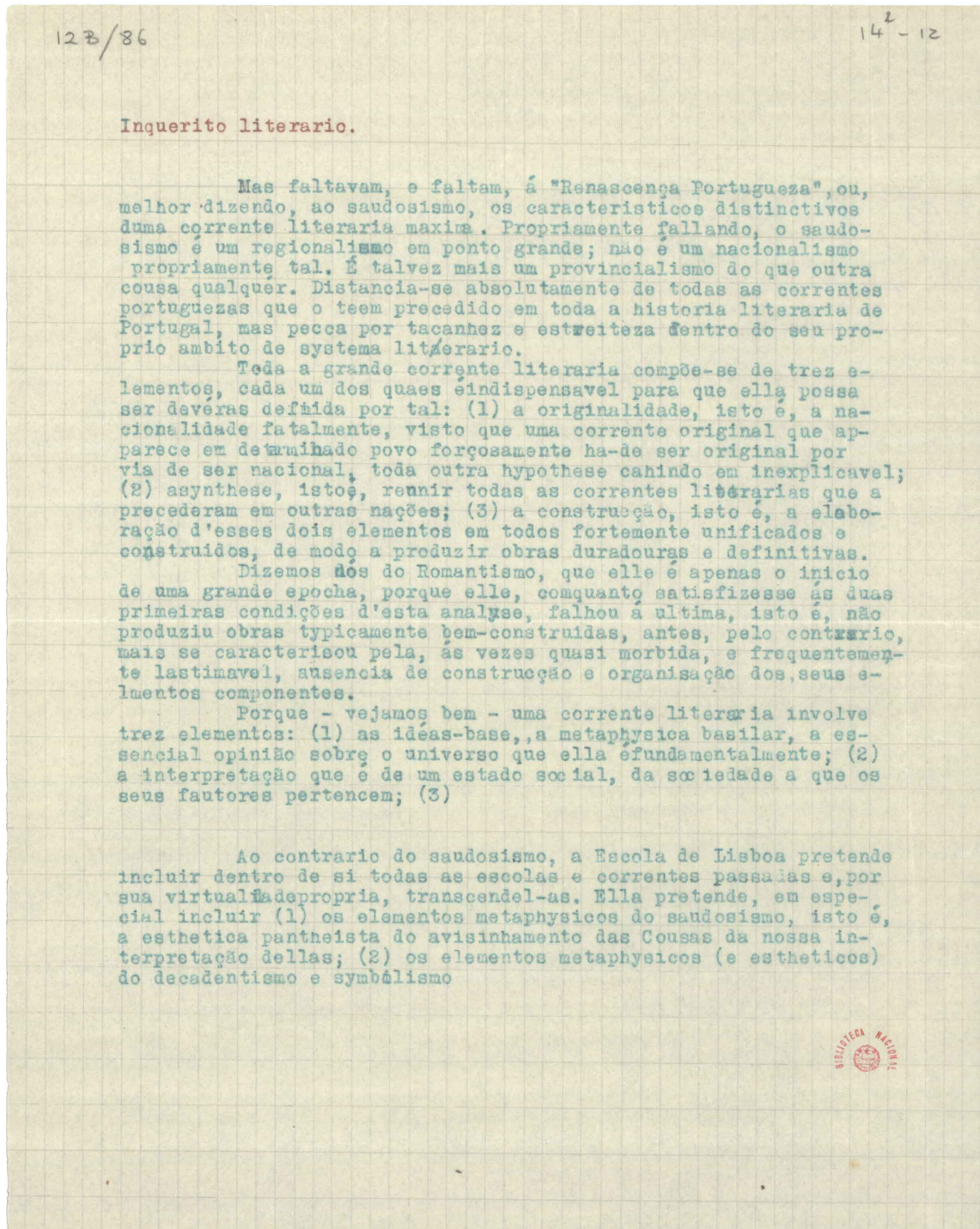


Fig. 6. Réplica destinada a um inquérito e referência à Escola de Lisboa (BNP/E3, 14²-12¹).

92H-89

1. Does this war, in your opinion, arise from a mere conflict of interests, or does it go deeper and draw its origin from a conflict transcending economic phenomena - a conflict, say, of two world-concepts, or of two abstract ideals, realising their fundamental opposition through the inevitable clash of the material forces through which, and in which, they have realised themselves? Is this war, fundamentally, anything but a metaphysical war? Alfred Fouillee says that "speculations (meaning philosophical) rules the world". Is this dictum applicable here?

2. What does the present war represent as a definite evolution from former forms of warfare? What are the new principles, strategic, psychological, economic even which it has brought into play, and interplay? In what does its ethic differ from the old war-ethic, if such there be, or have been? What is the action of the conflicting mental types (resulting in civilizational types) in this matter of strategy, organisation, mental attitude in the individual soldier and in the army-leader?

3. On whom does the responsibility of the present war sociologically rest? We do not mean the apparent responsibility, which diplomatic documents prove or serve as proof for. We refer to the race-expansions which provoke them. (

4. What, in your opinion, will the outcome of this war be - especially in relation to the following things:

a) the transformation it will be likely to bring about in the principle of nation-forming now holding in Europe; whether the hegemony-principle, or imperialist attitude will suffer any change; whether this change will be a change of form, or a change of tantamount to a total transformation or disappearance.

Fig. 7. Questionário de Fernando Pessoa sobre a guerra (BNP/E3, 92H-89).

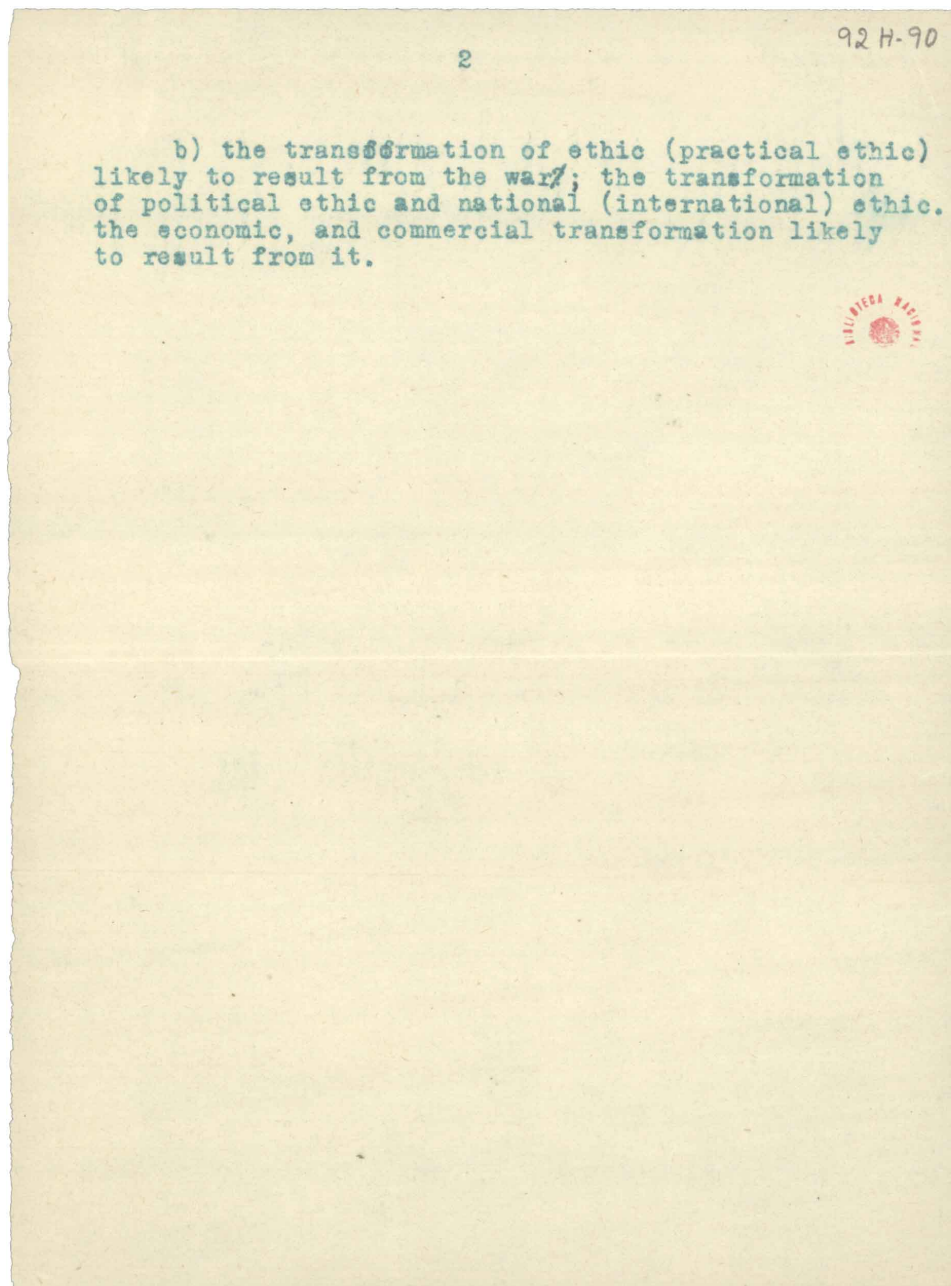


Fig. 8. Questionário de Fernando Pessoa sobre a guerra (BNP/E3, 92H-90^r).

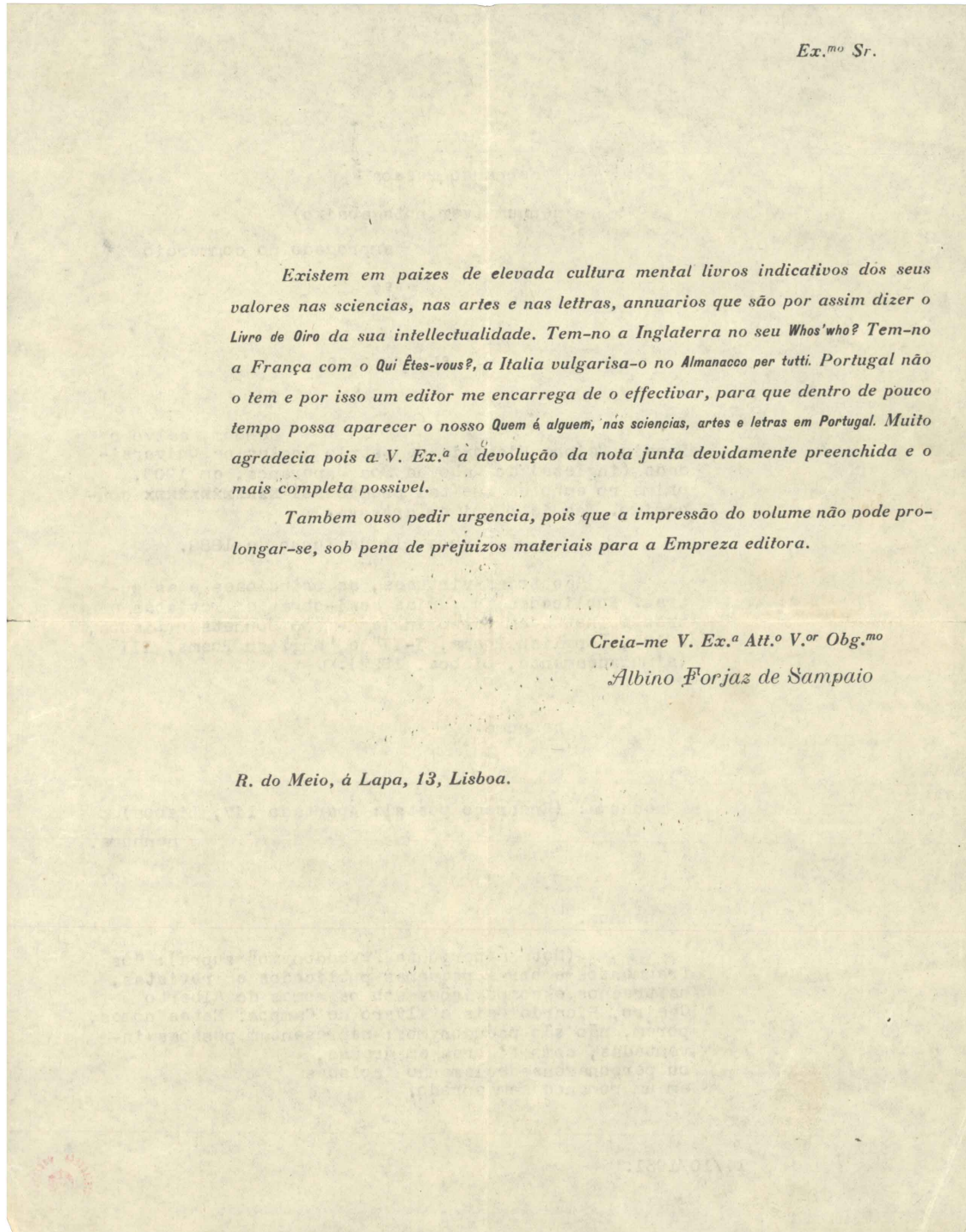


Fig. 11a. Questionário impresso destinado à compilação de um "Who's Who" português (BNP/E3, 28-5v).

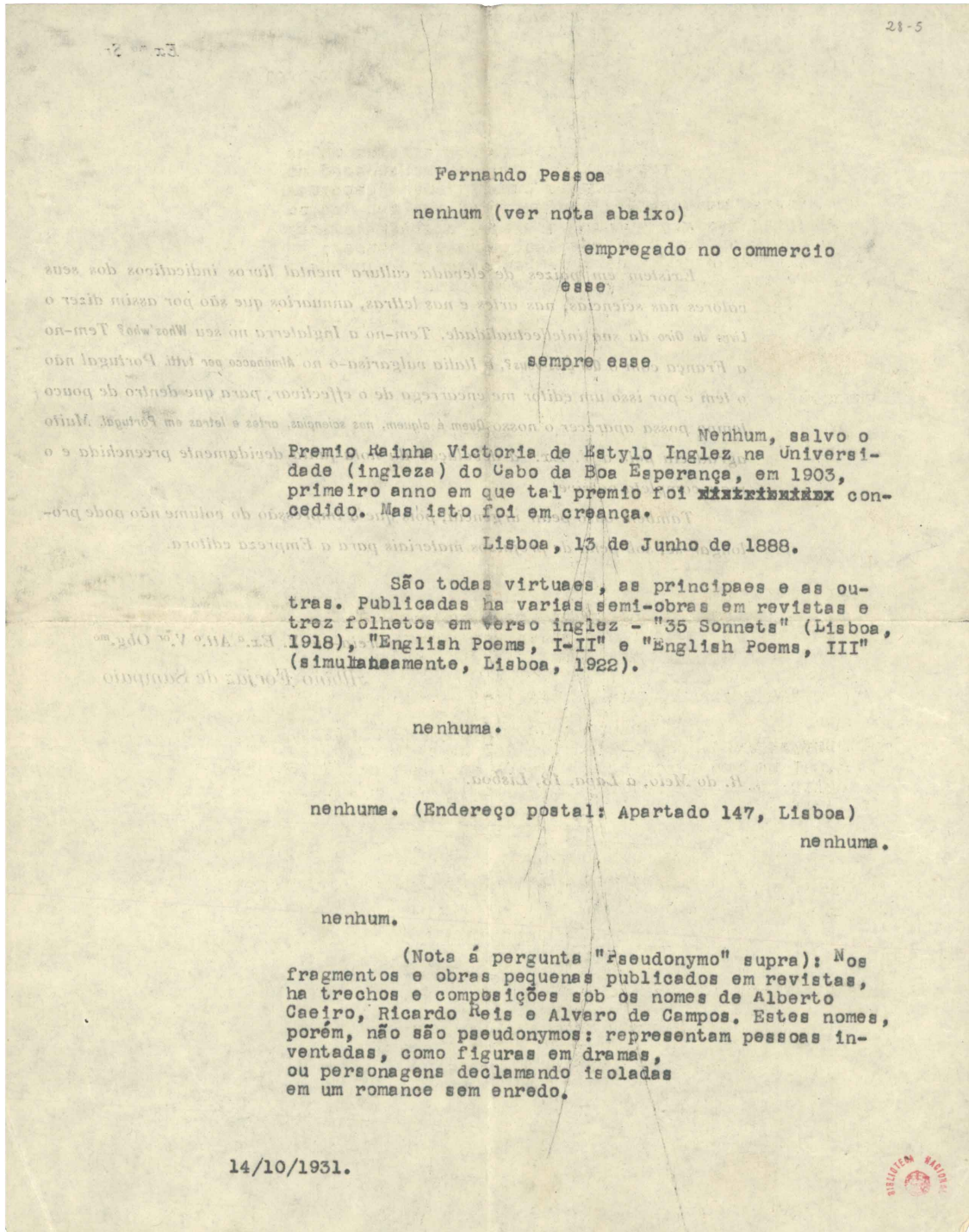


Fig. 11b. Rascunho de resposta para um "Who's Who" português (BNP/E3, 28-5).

44/32

114-91

Responderei à sua pergunta, primeiro, por uma limitação do assumpto. No que respondo, respondo só ao que posso. Excluirei pois qualquer referencia a todos os artistas que não sejam literatos, e isto pela simples razão de que nada sei das artes visuaes, da musica, e da philosophia (que é arte de imaginar universos falsos) nem technica, nem profissionalmente. Outros tem v. que lhe podem expor com competencia critica e practica esses aspectos do problema.

Ao referir-me, porém, só aos literatos, deve entender-se que fallo, não de experiencia propria, nem sequer imprópria, mas do que tenho podido observar e concluir. Não tenho livros publicados, e não posso portanto fazer juizo sobre elles, nem queixar do publico os v. que não comprar o que eu não forneço.

Posto isto, entendo que a crise, que ha, entre os artistas escriptores deriva da conjunção de trez circumstancias - da incompetencia critica da imprensa em terceiro logar, da ~~incompetencia profissional~~ inercia profissional dos editores em segundo, da ineducação do publico em primeiro.

Nenhum jornal, que eu saiba, se dá ao trabalho de pôr em relevo a produção literaria, ou de para ella estabelecer uma critica que possa ter esse, ou qualquer, nome, salvo qualquer que seja obsceno. A critica corrente nos paizes onde se lê tem especial interesse em descobrir novos escriptores, em descobrir novos aspectos litterarios, em, por vezes, aos consagrados aquella chicotadas de discordancia que os não deixam adormecer, segundo ~~seu~~ sua natural tendencia.

Nenhum editor, que eu saiba, se dá ao trabalho de procurar novos escriptores, de os lançar, de animar o mercado do livro com elles. Fazem-o os editores de toda a parte onde se lê, sendo notavel o esforço n'esse sentido dos editores inglezes. Aqui não. Não ha differença mental entre o editor e o merceeiro, salvo que o merceeiro é obrigado, até contra vontade, de ter um bocado mais escrupulo na mercadoria que vende.

Por fim, o publico. O nosso publico litterario é trez publicos: o publico maior que só não é analphabeto porque sabe ler; o publico acima d'esse, que tem um interesse que ninguem orienta, e uma curiosidade que ninguem satisfaz; e o publico especial.

Do publico snob não fallo, porque é snob só por fora, nem tendo a sinceridade do snobismo. É, intellectualmente, a plebe bem vestida - beme educada já se não

BIBLIOTECA NACIONAL

Fig. 12a. Resposta a um inquérito sobre a situação dos artistas – versão A (BNP/E3, 114-91).

pode dizer.

- Num meio assim, todo esforço ~~inteli~~ literario, direi até intellectual, que não coincida com o que se chama de utilidade. Nem todo atuctor é, cumulativamente, um bom chefe de publicidade. Nem todo auctor está disposto a andar a mendigar uma referencia amavel, ou a pedir a favor de um amigo.

- O Estado? O Estado não pode fazer nada, e é melhor, até, que o não tente fazer, porque sahe sempre asneira. O Estado poderá orientar ou ~~coordenar~~ coordenar actividades practicas, como sejam o commercio e a industria; não pode nem deve coordenar actividades super-practicas, como a literatura, que por sua natureza é superior ao Estado, e livre das peias de qualquer sujeição ao interesse colectivo.

Nenhuma obra de arte, que se escreva, se dá ao mundo por um motivo utilitario. A utilidade que possa ter, para o leitor, é uma consequencia da obra, e não o motivo da obra. A utilidade que se dá ao mundo, é a utilidade da obra, e não a utilidade do autor. A utilidade da obra, é a utilidade da obra, e não a utilidade do autor. A utilidade da obra, é a utilidade da obra, e não a utilidade do autor.

Um livro, que se escreve, não se escreve para o mundo. Um livro, que se escreve, não se escreve para o mundo. Um livro, que se escreve, não se escreve para o mundo. Um livro, que se escreve, não se escreve para o mundo. Um livro, que se escreve, não se escreve para o mundo.

Fig. 12b. Resposta a um inquérito sobre a situação dos artistas – versão A (BNP/E3, 114¹-91^v).

55F-17

para o inq. literário

(o en)

A minha resposta ao que v. me pergunta começará por uma limitação do assumpto. Como não posso abranger todo o âmbito da materia que v. indica, vou limitar-me a responder ~~de~~ ^{da} aquella parte ~~de~~ ^{da} a que de facto, e em certo modo, posso responder. ~~Responde~~ Como nada sei, nem technica, nem critica, nem practicamente, das artes visuaes, da musica e ~~das artes de espectáculo e execução~~, restringir-me-hei a tratar da literatura, isto é, da situação dos escriptores. O que direi não se baseará em qualquer experiencia propria, pois, como v. sabe, não publiquei ainda livro algum: baseia-se no que tenho podido observar dos outros; mas assim, salvo erros de observação e ~~conclusão~~, poderei fallar ~~me~~ ^{me} a vontade, pois ~~não me~~ ^{não} pôde ser attribuido o rancor de não ter vendido os livros que não publiquei.

A situação presente dos escriptores em Portugal é má. É má de trez maneiras: (1) os que vendem alguma cousa não vendem todavia bastante, (2) os que surgem não recebem nenhum estímulo util, ainda que simplesmente moral, (3) não ha critica, propriamente dicta, pela qual ~~se estabeleça uma comparação e~~ ^{se estabeleça uma} ~~se não deixe os consagrados~~ ^{se não deixe os consagrados} desconsagrar-se moralmente, como é sua natural tendencia, os jovens sobrescrever, e os nullos mixturar-se inconfundivelmente com os que o não são.

A culpa d'esta situação é, aparentemente, da grande imprensa, onde não ha critica nem ~~criticos~~ ^{criticos}; dos editores, que não curam, como na maioria dos outros paizes, de lançar novidades, reclamando por isso abundantemente aquellos novos escriptores que offereçam interesse, mas se cingem, com inercia e sem intelligencia, à monotonia ~~do publico~~ ^{do publico} ~~orientador~~ ^{orientador} - isto é, o publico ~~que socialmente marca as modas e os costumes~~ ^{que socialmente marca as modas e os costumes} - ~~que vive numa~~ ^{que vive numa} perenne adoração dos escriptores estrangeiros, só porque são estrangeiros. *regride*

Isto, porém, é a apparencia. A realidade é que imprensa, editores e publico orientador são simples manifestações representativas do estado geral do meio social portuguez. Culpal-os de-o-ser seria ~~como~~ ^{como} culpar alguém dos paes que teve.

Vem de longe, ^{quando a} ^{causa} de muito longe, esta triste condição da mentalidade geral ~~portugueza~~ ^{portugueza}. Consumidas no esforço dos descobrimentos e da fundação do Imperio as forças principais da mentalidade e da energia portuguezas, ~~creada assim~~ ^{creada assim} uma menor resistencia social as más influencias, uma plebeização do espirito; ~~desabatam~~ ^{desabatam} sobre nós, ~~como uma~~ ^{como uma} maldição divina, tudo quanto a Igreja de Roma tem de mais opressivo do espirito e de mais perversor da alma. De um lado, e, por assim dizer, por fora, foi a Inquisição, ~~cuja~~ ^{cuja} foice de fogo não deixava uma cabeça emergir, individual e

regride

regride

Fig. 13a. Resposta a um inquérito sobre a situação dos artistas – versão B (BNP/E3, 55F-17^o).

129A-2

(em algum a outra folha)

Ora é evidente que este estado de coisas, visto que representa o reflexo natural do estado psychico do meio social portuguez, não pode ser alterado, em qualquer sentido, senão atravez de uma lenta transformação d'esse meio - transformação que se pode produzir de diversas maneiras, mas ~~mas~~ que o Estado não pôde provocar nem precipitar, nem nella collaborar senão no sentido de uma reforma integral da instrucção publica, e essa mesma não terá mais que um effeito limitado. Se a nação portugueza quere salvar-se do seu provincianismo presente, tem que fazel-o ella, e não o Estado por ella, poisque em tudo que é do espirito não podemos depender da materia, e o Estado é materia. Em tudo do espirito temos que guiar-nos por aquelle dicto de S. Paulo, fundador do protestantismo: "Obra tu a tua salvação"

fundador historico da religião individualista chamada o christianismo:

Pode bem ser que, em materia de fé, nada sejamos sem a Graça Divina: é um ponto de crença que a razão não pode affirmar, nem negar; em materia social a Graça Divina tem que estar em nós, em cada individuo separadamente.

Curiosa attitude a dos que dizem não accreditar nos milagres de Deus, e nos propõem que accreditemos nos milagres do "Estado."

"Deus ha de ajudar-nos", dizia um escocoz celebre a um amigo.
"Pois simfilho," respondeu o outro, "mas ajudemol-o a ajudar-nos".

Digo isto com tanto mais pena porquanto, sendo eu, como v. sabe, um christão gnostico, sou, quer eu queira quer não, espiritualmente correligionario dos maçons, embora sob outra Luz.

Uma boa cultura e pp. por conta um agto. p. a ~~o~~ f. a real mil. at. em f. a Maçon, trah. os, em a s. m., em m. m. f. d. a l. A




Fig. 13c. Resposta a um inquérito sobre a situação dos artistas – versão B (BNP/E3, 129A-2).

55F-18

A minha resposta ao que v. me pergunta começará por uma limitação do assunto. ~~Como não possa abrangê-lo em todo o âmbito.~~ Respondo só àquela parte a que de facto, e em certo modo, posso responder. ^{Como} Nada sei, nem tecnica, nem critica, nem praticamente, das artes visuais, da musica e das artes de espectáculo e execução, ^{limita-} restringir-me-hei, pois, à literatura, ~~isto~~ ^{isto} é, no lance, à situação dos escritores. O que direi não se baseia em experiencia própria, pois, como v. sabe, não tenho livros publicados: baseia-se no que tenho podido observar dos outros, ~~mas~~ Assim, ^{pois} salvo erros de observação e interpretação, poderei falar à vontade, pois me não póde perturbar o rancor de não ter vendido os livros que não publiquei.

A situação presente dos escritores em Portugal é má. É má de ^{diversas} trez maneiras: os que vendem alguma coisa não vendem todavia bastante; os que surgem não recebem nenhum estímulo util, ainda que só moral; não ha ^{com o} critica, propriamente dita, ^{apenas nos} pela qual se estabeleça uma comparação e gradação de méritos, e se impida os consagrados de desconsagrarem-se moralmente, como é sua natural tendencia, os jovens de sobrescrever, como é seu falso impulso, e as influencias pessoais e publicitárias de sobrelevar às da opinião.

A culpa desta situação é, aparentemente, da grande imprensa, onde não ha ^{critica} ~~critica~~ nem criticos; dos editores, que não curam, como na maioria dos outros paises, de lançar novidades, mas se cingem, com inercia e inepecia, à monotonia do repetido; e do publico orientador - isto é, o




Fig. 14a. Resposta a um inquérito sobre a situação dos artistas – versão C (BNP/E3, 55F-18^o).

2. 55F-19

escol porvir,
publico que socialmente estabelece as modas e/costumes ^{os} -,
que vive numa perene adoração negroide dos escritores es-
trangeiros, só porque são estrangeiros.

Isto é, porém, a aparência. A realidade é que impre-
sa, editores e público orientador são simples manifesta-
ções representativas do estado geral do meio social. Cul-
pá-los do que são ~~seria~~ ^{seria} culpar alguém dos pais que teve.

Vem de longe, quanto às causas, esta triste condição
da nossa mentalidade geral. Consumidas no esforço dos Des-
cobrimentos e da fundação do Imperio as forças principais
da mentalidade e da energia portuguesas, ficou, como a
vasa quando a maré baixa, uma debil resistencia social às
más influencias, uma degradação natural da capacidade de
reagir. Assim pôde desabar ~~xxxxxx~~ triunfante sobre nós,
como uma maldição divina, tudo quanto a Igreja de Roma ^{o me na} tem ^{superam na occasião} ^{melh}
de mais opressivo do espirito e de mais perversor da alma.
De um lado - e, por assim dizer, de fóra - foi a Inquisi-
ção, cuja foice de fogo não deixava uma cabeça emergir, in-
dividual e crítica, acima da massa confusa da população
inerte - uma fidalguia de toureiros parvuos, uma classe mé-
dia incerta e incoerente, uma plebe de rezes verticais.
Do outro lado - e, por assim dizer, de dentro - foram ~~foram~~ ^{foram}
~~a tres séculos,~~ ^{de} educação fradesca e jesuitica, que ~~puzo~~ ^{puzo}
~~com~~ essa massa geral da nação em tal estado que poucas ca-
beças poderiam, de facto, emergir, individuais e críticas,
acima dela.

em M O liberalismo, qualquer que seja o seu mérito ou de-
mérito ~~x~~ geral (é ponto que ainda se não estudou imparcial-

Fig. 14b. Resposta a um inquérito sobre a situação dos artistas – versão C (BNP/E3, 55F-19).

Apêndice 2

72-52r-53r. Duas páginas com cópia a químico de uma carta dactilografada a [José] Osório de Oliveira. Resposta de Fernando Pessoa a um inquérito de António Sérgio. Publicada, com um erro, no *Suplemento Literário do Diário de Lisboa* de 29 de maio de 1936, p. 3. Segue-se a ortografia original do dactiloscrito.

[72-52r]

Apartado 147,
Lisboa, 5 de Abril de 1932.

Meu caro Osorio de Oliveira:

Recebi, ha cinco minutos, a sua pergunta: “Quaes foram os livros que o banharam numa mais intensa atmospheria de energia moral, de generosidade, de grandeza de alma, de idealismo?” Respondo, como vê, immediatamente. Diz-me que é uma pergunta feita por Antonio Sergio, a quem não conheço pessoalmente, mas por quem tenho a maior consideração. É mais uma razão para responder depressa; não é, infelizmente, uma razão para poder ser lucido ou explicito, visto que se trata de um assumpto em que, até agora, nunca reflecti.

Como, porém, em todas as difficuldades da vida se deve sempre agir antes de pensar, vou responder antes de saber o que digo, e a resposta terá assim o sello regio da sinceridade.

Ponho uma questão previa. Os termos da pergunta pressuppõem que a energia moral, a generosidade, a grandeza de alma e o idealismo sejam pessoas abstractas do meu convivio quotidiano. Infeliz-, ou⁸³ felizmente, não o são. Não digo que as não conheça, mas não as conheço com aquella intimidade com que conheço o capricho, a insinceridade e o devaneio – por vezes, até, o devaneio logico, que tem sido uma das minhas principaes exterioridades.

Traduzo, pois, a pergunta para o seguinte: Quaes foram os livros que mais me transmudaram em mim mesmo para aquella pessoa differente que todos nós desejamos ser? Para isto tenho uma resposta – aquella, immediata e impensada, a que acima me refiro, e que deve conter a verdadeira.

Em minha infancia e primeira adolescencia houve para mim, que vivia e era educado em terras inglezas, um livro supremo e involvente – os “Pickwick Papers” de Dickens; ainda hoje, e por isso, o leio e releio como se não fizesse mais que lembrar.

Em minha segunda adolescencia dominaram meu espirito Shakespeare e Milton, assim como, accessoriamente, aquelles poetas romanticos inglezes que são sombras irregulares d’elles; entre estes foi talvez Shelley aquella com cuja inspiração mais convivi.

⁸³ No jornal, erradamente: *eu*.

No que posso chamar a minha terceira ado[72-53]lescencia, passada aqui em Lisboa, vivi na atmosphaera dos philosophos gregos e allemães, assim como na dos decadentes francezes, cuja acção me foi subitamente varrida do espirito pela gymnastica sueca e pela leitura da “Dégénérescence” de Nordau.

Depois d’isto, todo livro que leio, seja de prosa ou de verso, de pensamento ou de emoção, seja um estudo sobre a quarta dimensão ou um romance policial, é, no momento que o leio, a unica coisa que tenho lido. Todos elles teem uma suprema importancia que passa no dia seguinte.

Esta resposta é absolutamente sincera. Se ha nella, aparentemente, qualquer coisa de paradoxo não é meu: sou eu.

Sempre e muito seu,

Apêndice 3

55F-10^r e 11^r. Duas páginas manuscritas a tinta preta, datáveis de c. 1925. São as duas páginas iniciais de um mesmo conjunto temático (33F-10^r a 14^r). Não se trata de um verdadeiro questionário, porque as perguntas são meramente retóricas. Inédito.

[55F-10^r]

Questionário para os Carneiros

Pertence a qualquer associação?

Quantas vezes vae lá? Se não vae, porque pertence a ella?

Obedece a alguma indicação d’essa associação de cuja discussão não⁸⁴ participa?

Se obedece, obedece porque concorda? Se concorda, concorda porque examinou? Se examinou, que elementos tinha para examinar?

Delegou correntemente nos dirigentes d’essa associação o pensarem por si, e agirem por si, e mandarem em si? Se é tão estúpido ou tão fraco que fez isto, porque é que antes não fez nada? Se é um simples carneiro, porque é que pretende ser gente?

Pertence a alguma associação com fins politicos ou sociaes, declarados ou não?

Se pertence, porque é que pertence? É porque pensou nisso? Ou é porque não pensou nisso, nem em cousa nenhuma?

Sabe o que é a sociedade? Sabe como é⁸⁵ que vivem as sociedades, como é que crescem as sociedades, e como é que morrem? Se não sabe, porque é que pertence a uma associação com fins politicos e sociaes? Porque é que pertence a uma cousa para um fim de que o sr. não entende nada?

⁸⁴ de <que> [↑ cuja discussão] não

⁸⁵ Sabe <o que é> [↑ como é] que

[55F-11¹]*Abre os olhos, javardo*⁸⁶

Foi levado?

Porque é que aceita a authoridade dos outros?

Porque são mais velhos? Ser mais velho é só ter mais idade, não é ter mais razão.

Porque são mais intelligentes? Se o sr. tem a intelligencia bastante para ver que elles são mais intelligentes, porque é que a não tem para examinar as coisas em que elles são mais intelligentes? Porque é que os acha mais intelligentes? Se o sr. não percebe dos assumptos de que elles tratam, como sabe que elles os tratam bem?⁸⁷

Porque se impõem ao sñr? Porque é [que] se impõem? Impõem-se porque o sr. quer, ou é mais fraco. Então a sua razão para ir com elles é só o ser fraco, e as suas theorias politicas ou sociaes são simplesmente a sua estupidez e a sua fraqueza. Quer o sr. que amanhã se constrúa uma sociedade ou se mantenha esta sociedade – ou seja lá o que fôr por a sua associação querer a estupidez e a fraqueza? É na estupidez e na fraqueza que se vae basear essa⁸⁸ cousa social que quer?

Essa cousa chamada cabeça, que está para ahi em cima do seu pescoço⁸⁹, é só para proveito do seu chapeleiro?

⁸⁶ javardo [↑ *burro]

⁸⁷ como sabe se elles <são mais intelligentes> os tratam bem?

⁸⁸ <uma> [↑ essa]

⁸⁹ dos <seus hombros> [↑ seu pescoço]

Bibliografia

- BARRETO, José (2014). “Fernando Pessoa – germanófilo ou aliadófilo?”, *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 6, Outono, pp. 152-215. Brown Digital Repository, Brown University Library. <https://doi.org/10.7301/Z0K64GJW>
- COSTA, Augusto da (1934). *Portugal Vasto Império*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CUNHA, Teresa Sobral (1987). “Fernando Pessoa: diário (inédito) de 1906”. *Colóquio/Letras*, n.º 95, janeiro, pp. 80-95. <https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=95&p=80&o=r>
- DIX, Steffen (2015) (org.). *1915: O Ano do Orpheu*. Lisboa: Tinta-da-china.
- FRANÇA, José-Augusto (1992). *Os Anos Vinte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- LOPES, Teresa Rita (1990). *Pessoa por Conhecer*. Lisboa: Editorial Estampa. Tomo I.
- OLIVEIRA, José Osório de (1929). “Factos e documentos – O inquérito literário do ‘Notícias’”. *Seara Nova*, n.º 153, 21 de março, pp. 130, 143. Cf. http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/revista
- PALMA-FERREIRA, João (1986). “Os inquéritos literários 1912-1920”. *Revista de História das Ideias*, vol. 8, pp. 507-533.
- PESSOA, Fernando (2015). *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*. Edição de José Barreto. Lisboa: Tinta-da-china.
- ____ (2014). *Obra Completa de Álvaro de Campos*. Edição de Jerónimo Pizarro e Antonio Cardiello. Lisboa: Tinta-da-china.
- ____ (2011a). *Sebastianismo e Quinto Império*. Edição de Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda. Lisboa: Ática. Coordenação da nova série, Jerónimo Pizarro.
- ____ (2011b). *Associações Secretas e Outros Escritos*. Edição de José Barreto. Lisboa: Ática. Coordenação da nova série, Jerónimo Pizarro.
- ____ (2009). *Sensacionismo e Outros Ismos*. Edição crítica de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ____ (2002). *Obras de António Mora*. Edição crítica de Luís Filipe B. Teixeira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ____ (1998-1999). *Correspondência*. Edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio & Alvim, vols. I e II.
- ____ (1998). *Cartas entre Fernando Pessoa e os Directores da Presença*. Edição e estudo de Enrico Martines. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ____ (1979). *Sobre Portugal: Introdução ao Problema Nacional*. Introdução e organização de Joel Serrão, recolha de textos de Isabel Rocheta e Paula Morão. Lisboa: Ática.
- ____ (1966). *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. Textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.
- ____ (1916). “Os nossos inquéritos”, *A Ideia Nacional*, 13 de abril, p. 4. [A rubrica “Os nossos inquéritos” não tinha autor. A resposta de Pessoa era uma entre seis.]
- PORTUGAL, José Boavida (1915). *Inquérito Literário*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

JOSÉ BARRETO, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa entre 1975 e 2015. A partir de 2005, dedicou-se principalmente ao estudo e edição dos escritos políticos e sociológicos de Fernando Pessoa. Nesta área temática, publicou recentemente: Fernando Pessoa, *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*, ed. José Barreto (Lisboa: Tinta-da-china, 2015), “Os destinatários dos panfletos pessoanos de 1923”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 10 (Outono, 2016), pp. 628-703, “A chamada ‘nota autobiográfica’ de Fernando Pessoa de 30 de Março de 1935”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 12, (Outono, 2017), pp. 503-520, “A última paixão de Fernando Pessoa”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 12 (Outono, 2017), pp. 596-641, “A reinterpretação religiosa e política dos santos populares lisboetas na ‘Praça da Figueira’ de Fernando Pessoa”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 13 (Primavera, 2018), pp. 5-53, e “A ‘Mensagem’ de Fernando Pessoa e o prémio de poesia do SPN de 1934”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 14 (Outono, 2018), pp. 289-329.

JOSÉ BARRETO, researcher at the Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa between 1975 and 2015. Since 2005, he has dedicated himself mainly to the study of the sociological and political writings of Fernando Pessoa. In this thematic area he has recently published: Fernando Pessoa, *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*, ed. José Barreto (Lisboa: Tinta-da-china, 2015), “Os destinatários dos panfletos pessoanos de 1923”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 10 (Fall, 2016), pp. 628-703, “A chamada ‘nota autobiográfica’ de Fernando Pessoa de 30 de Março de 1935”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 12 (Fall, 2017), pp. 503-520, “A última paixão de Fernando Pessoa”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 12 (Fall, 2017), pp. 596-641, “A reinterpretação religiosa e política dos santos populares lisboetas na ‘Praça da Figueira’ de Fernando Pessoa”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 13 (Spring, 2018), pp. 5-53, and “A ‘Mensagem’ de Fernando Pessoa e o prémio de poesia do SPN de 1934”, in *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 14 (Fall, 2018), pp. 289-329.